

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Daniela Ramos Farias

Plano de emergência para bibliotecas universitárias

Porto Alegre
2019

Daniela Ramos Farias

Plano de emergência para bibliotecas universitárias

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Samile Andréa de
Souza Vanz

Coorientadora: Me.^a Daiane Barrili dos
Santos

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Karla Maria Müller

Vice Diretora: Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a Dr.^a Samile Andréa de Souza Vanz

Chefe Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenadora Substituta: Prof.^a Dr.^a Caterina Marta Groposo Pavão

CIP - Catalogação na Publicação

Farias, Daniela Ramos
Plano de emergência para bibliotecas universitárias
/ Daniela Ramos Farias. -- 2019.
67 f.
Orientadora: Samile Andréa de Souza Vanz.

Coorientadora: Daiane Barrili dos Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Plano de Emergência. 2. Plano de Contingência.
3. Gestão de Risco. 4. Biblioteca Universitária . I.
Vanz, Samile Andréa de Souza, orient. II. Santos,
Daiane Barrili dos, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP 90035-007

Telefone: 51 3308 5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

Daniela Ramos Farias

Plano de emergência para bibliotecas universitárias

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de Bacharel em
Biblioteconomia, pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovado em ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Samile Andréa de Souza Vanz
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Me.^a Daiane Barrili dos Santos
Coorientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Me.^a Marlise Maria Giovanaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Me.^a Karen Ribeiro de Freitas Irizaga
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para minha mãe,
por sempre estar comigo.

AGRADECIMENTOS

Ao termino deste trabalho e consequentemente da graduação, percebo que muitas pessoas foram importantes nesses 4 anos e meio em que estive na UFRGS.

Primeiramente agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por proporcionar um ensino público, gratuito e de qualidade. Aos professores com quem tive o privilegio de ter aulas, principalmente a professora Samile que aceitou me orientar na execução desse trabalho e à Daiane, por aceitar ser minha coorientadora. Agradeço a professora Marlise e a bibliotecária Karen por aceitarem participar da banca.

Aos colegas que tive nesse tempo porque com eles a graduação foi muito melhor, graças as conversas e cafés compartilhados.

Aos locais que me acolheram como estagiária, sendo extremamente importantes na minha formação. Um agradecimento especial as bibliotecárias Caroline Bergter, Gabriela Giacumizzi e Sachi Makino pela paciência em me ensinar, mostrando na prática essa profissão.

A Camila Dimer por me ajudar na tradução para o inglês do resumo desse trabalho.

A minha família que sempre me apoiou e entendeu que nem sempre era possível estar presente, mas sempre me mandou lanches.

A minha mãe que me apoiou desde o inicio, na escolha do curso, até a conclusão desse trabalho, meu muito obrigado!

“Os olhares buscaram o topo da igreja. Era extraordinário o que viam. Do alto da galeria mais elevada, acima da rosácea central, uma grande chama subia entre os dois campanários, lançando turbilhões de faíscas. Era um fogaréu desordenado e furioso, do qual o vento às vezes carregava uma língua, que se perdia nos ares. Abaixo dessa chama, abaixo da escura balaustrada de trevos em brasa, duas gárgulas monstruosas vomitavam a incessante cascata ardente, que destacava seu fluxo prateado sobre o fundo de trevas da fachada inferior.”

(Victor Hugo em Notre-Dame de Paris)

RESUMO

O presente trabalho abrange um estudo sobre plano de emergência e plano de contingência para bibliotecas universitárias. Tem como objetivo propor diretrizes para elaboração de um plano de emergência para bibliotecas baseado na literatura da área. Apresenta uma revisão de literatura nas áreas de biblioteca universitária, gestão de riscos e plano de emergência. É um estudo de natureza básica, de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, baseado em levantamento bibliográfico e documental. Realiza uma busca quanto a existência e disponibilização na internet de planos de emergência e planos de contingência. Analisa planos de emergência desenvolvidos por bibliotecas portuguesas e planos de contingência elaborados por bibliotecas universitárias brasileiras. Apresenta a análise de três planos de emergência e 28 planos de contingência encontrados na web. A análise dos planos de emergência mostrou que eles seguem as recomendações da literatura, pois abrangem os principais pontos para agir em caso de sinistros a que a biblioteca está exposta. Porém, ao analisar os planos de contingência constatou-se que eles não abrangem os requisitos mínimos necessários para agir em situações de emergência. O item que aparece em mais planos de contingência pesquisados é a análise de riscos a que a biblioteca está exposta, contemplado em 13 documentos. Outros itens que mais aparecem nos planos de contingência foram incêndios e inundações, ambos registrados em 12 documentos. Nenhum dos documentos analisados traz informações sobre suprimentos para emergências, itens que devem ser priorizados no salvamento, localização de quadros elétricos e relógios d'água e as plantas de emergência da instituição. Conclui que apesar da importância do tema poucas bibliotecas elaboram e disponibilizam seus planos em planos em suas páginas na internet, e as bibliotecas que possuem têm planos incompletos. Apresenta sugestão de plano de emergência, com base na literatura de área.

Palavras-Chave: Plano de emergência. Plano de contingência. Gestão de riscos. Bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

The present work covers a study on emergency plan and contingency plan for university libraries. It aims to propose guidelines for the elaboration of an emergency plan for libraries based on the literature of the area. It presents a literature review in the areas of university library, risk management and emergency plan. It is a basic study, with a qualitative approach and an exploratory objective, based on a bibliographical and documentary survey. It conducts a search for the existence and availability of emergency plans and contingency plans on the Internet. It analyzes emergency plans developed by Portuguese libraries and contingency plans prepared by Brazilian university libraries. It presents the analysis of three emergency plans and 28 contingency plans found on the web. The analysis of the emergency plans showed that they follow the recommendations of the literature, as they cover the main points to act in case of claims to which the library is exposed. However, when analyzing the contingency plans it was found that they did not meet the minimum requirements needed to act in emergency situations. The item that appears in the most contingency plans surveyed is the risk analysis to which the library is exposed, contemplated in 13 documents. Other items that appear in the contingency plans were fires and floods, both recorded in 12 documents. None of the documents analyzed provide information on emergency supplies, items that should be prioritized in the rescue, location of electrical boards and water clocks, and the institution's emergency plans. It concludes that despite the importance of the topic, few libraries develop and make available their plans in plans on their web pages, and the libraries they have incomplete plans. Presents suggestion of emergency plan, based on area literature.

Keywords: Emergency plan. Contingency plan. Risk management. University libraries

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa	12
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Biblioteca universitária	15
2.2	Gestão de riscos	18
2.3	Plano emergência	28
3	METODOLOGIA.....	37
3.1	Coleta de dados	37
3.1.1	Coleta de dados bibliográficos.....	37
3.1.2	Coleta de dados documental	38
3.2	Técnicas de análise dos dados	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	44
4.1	Interpretação dos dados	44
4.2	Sugestão de plano de emergência	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A preservação do conhecimento humano é um dos pilares do fazer biblioteconômico. Preservar os acervos e, principalmente a integridade dos usuários e funcionários da biblioteca deve ser uma preocupação constante dos gestores de unidades de informação. “A cultura de preservação é tão importante em uma instituição bibliotecária ou arquivística como a cultura de serviços ao usuário”. (UNESCO, 2007, p. 13, tradução nossa).

A forma como o acervo é armazenado, as especificações do prédio onde é feito esse armazenamento e a manipulação da documentação, podem levar a uma degradação precoce do material que buscamos preservar. “Pensar a preservação de acervos exige a reflexão das práticas cotidianas empregadas pelas instituições responsáveis por essa salvaguarda”. (TEIXEIRA, 2014, p. 134). Por isso, é fundamental que as instituições reflitam sobre a sua responsabilidade perante a segurança das pessoas e do acervo.

Os estudiosos a respeito do assunto são unânimes em afirmar que a segurança em bibliotecas é fundamental para salvaguardar a vida dos funcionários, usuários e preservar o acervo. Diversos são os problemas que podem ocorrer numa unidade de informação, desde um pequeno transtorno até uma grande catástrofe. É neste cenário que trabalha a gestão de riscos, procurando antecipar os problemas para que haja soluções caso eles ocorram. Uma das ações da gestão de riscos é a construção de um plano de emergência.

Um plano de emergência é um documento que explicita as medidas que devem ser tomadas caso ocorra alguma catástrofe, acidente ou emergência na instituição (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2004). Se acontecer algum incidente na biblioteca deve-se agir rapidamente, procurando diminuir ou contornar o problema de forma mais eficiente evitando assim que este se agrave. O plano deve trazer um apanhado do que deve ser executado, e em que ordem e quem são os responsáveis por cada tarefa.

Um plano de contingência é um tipo de plano preventivo, ele visa controlar uma situação de emergência e minimizar as suas consequências negativas. Apresenta uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma de suas funções usuais é prejudicada por

consequências internas ou externas à instituição (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018). Esse documento é, portanto, uma tentativa de garantir a segurança das pessoas e do acervo além de assegurar a continuidade do funcionamento da biblioteca.

Diversas vezes já foram noticiados desastres em bibliotecas como incêndios, inundações, além de furtos e roubos. Danos causados por incêndios são desastrosos, pela perda de coleções e de vidas humanas. Grandes volumes de papéis, guardados sem os devidos cuidados e com instalações elétricas precárias, são fatores que podem desencadear um incêndio. Em um prédio que abriga uma biblioteca, arquivo ou centro de documentação é importante também prestar atenção na instalação da rede hidráulica. Encanamentos sem proteção podem causar infiltrações e inundar o local. Se os canos estiverem diretamente em contato com as paredes, teto ou chão da biblioteca, essa água poderá causar danos para o acervo. As inundações também podem ocorrer em função de telhados malconservados, e a chuva, dependendo de sua força, poderá causar o destelhamento e alagar o local. Oliveira (2007, p. 37) ressalta que “Acidentes com água em bibliotecas, resulta [sic] em danos irreversíveis como a deformação e inchamento dos livros, destruição das encadernações, dissolução das tintas, sendo “uma porta aberta” para a ação do mofo”.

Todas as bibliotecas possuem grande relevância na comunidade onde estão inseridas. As bibliotecas públicas, por exemplo, são muitas vezes, o único acesso aos livros em certas localidades. A biblioteca especializada é de vital importância para uma instituição, pois deverá conter o máximo possível de acervo voltado ao assunto específico abrangido por essa instituição. Já as universidades, que são produtoras de grande parte das pesquisas realizadas no Brasil, devem primar pela segurança na biblioteca universitária que deve ser voltada a resguardar toda essa produção, proporcionando assim a disseminação do conhecimento gerado no âmbito da instituição. O trabalho foi elaborado visando as bibliotecas universitárias, pois se trata de um ambiente onde transitam, diariamente, muitas pessoas entre funcionários e usuários além de abrigar um acervo diverso que possui um valor inestimável a toda comunidade do entorno, torna-se necessário garantir a segurança das pessoas e do acervo de cada unidade de informação.

1.1 Justificativa

Nos últimos anos foram noticiadas diversas catástrofes ocorridas em bibliotecas, museus ou outras instituições ligadas à informação e a cultura. Podemos citar, como exemplo, a inundação ocorrida na Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH) da UFRGS no ano de 2014 (PRIKLADNICKI, 2014); o incêndio de grandes proporções que destruiu grande parte do acervo do Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2018 (SILVEIRA, 2019); e o incêndio na Catedral de Notre-Dame em Paris, em 2019, que arrasou um dos patrimônios mais visitados da Europa (INCÊNDIO... 2019). Tais calamidades destroem parte da história, cultura e informação do país, mas poderiam ser evitadas ou minimizadas se as instituições tivessem um plano de emergência que atendesse a todos os critérios de segurança contra desastres. Assim, constata-se a necessidade de todas as instituições elaborarem e manter atualizado um plano de emergência, de forma a instituição estar preparada para agir caso ocorra algum sinistro em suas dependências, a fim de minimizar a potencialidade de perdas e destruição de seu acervo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira publicou em 2017 um novo instrumento de avaliação de cursos de graduação. Uma das novidades deste documento é a necessidade de as bibliotecas possuírem planos de contingência para que a instituição e seus cursos de graduação sejam bem avaliados. Todavia, o instrumento não especifica o conteúdo que deve ser abrangido em um plano de contingência, gerando muitas dúvidas nos bibliotecários que atuam nessas unidades. O presente trabalho visa mostrar os itens necessários para a construção de um plano abrangente para bibliotecas universitárias.

Rodrigues (2014, p.59) defende que “A formulação de planos como os de emergência e contingência está diretamente relacionada à possível ocorrência de eventos imprevisíveis, que tragam riscos para a organização de um modo geral”.

A escolha da temática, justifica-se pela necessidade de as bibliotecas possuírem um plano de emergência para que, em caso de necessidade, os estragos possam ser minimizados e resolvidos mais rapidamente.

A monografia produzida por José Vanderley Simões Junior no segundo semestre de 2018, intitulada “Bibliotecas em perigo: uma análise dos sinistros recentes em bibliotecas do SBUFRGS” apresenta o resultado da pesquisa sobre

sinistros envolvendo água ou fogo, ocorridos nas bibliotecas da UFRGS. O estudo constatou que apesar de terem ocorrido diversos sinistros nas bibliotecas da UFRGS elas não contam com planos de prevenção, contingência ou de emergência para salvaguardar seu acervo caso ocorra algum novo infortúnio.

Já o trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia realizado em 2008 por Fernanda Mayer Evangelista, intitulado “Incêndios em bibliotecas: a perda da memória patrimonial e os prós e contras dos métodos de prevenção e controle”, aborda a necessidade das bibliotecas pensarem a prevenção de incêndios em suas instituições mostrando os diferentes métodos de prevenção e combate a incêndios, traçando um panorama dos prós e contras de cada método. Trata também sobre plano de emergência, porém está voltado à prevenção e recuperação em caso de incêndios, não tratando sobre os outros sinistros em que a biblioteca está exposta.

A importância desta pesquisa se dá também, pelo fato de não existirem muitos trabalhos publicados sobre o tema, deixando assim uma lacuna na literatura. A partir da reflexão sobre o tema, surge a pergunta de pesquisa: Quais medidas devem ser adotadas em caso de sinistros em bibliotecas universitárias?

1.2 Objetivos

São apresentados, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos do presente estudo.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar diretrizes para elaboração de um plano de emergência para bibliotecas.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar na literatura itens que devem compor um plano de emergência para bibliotecas;
- b) Verificar a disponibilidade na web de planos de emergência ou planos de contingência em bibliotecas universitárias;

- c) Propor uma sugestão de plano de emergência para bibliotecas universitárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Serão apresentados a seguir os fundamentos teóricos que servem de base para o desenvolvimento deste trabalho. São abordados os temas: bibliotecas universitárias, gestão de riscos e plano de emergência para bibliotecas.

2.1 Biblioteca universitária

Nas bibliotecas universitárias (BUs) concentra-se grande parte do acervo bibliográfico de todo o país. Em seus acervos existe uma grande diversidade de assuntos tratados. Essas unidades de informação podem ser únicas, ou se multiplicar em várias, dentro da mesma universidade. A biblioteca é um veículo essencial ao processo de ensino e aprendizagem. A BU atende ao pesquisador que a ela recorre, sendo assim essencial na produção do saber. Tanto professores quanto alunos, produzem trabalhos acadêmicos e técnicos (artigo, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, tese, etc.) aprimorando cada vez mais o conhecimento em diversas áreas.

Sua abrangência e o papel que desempenham em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social estão diretamente relacionados à função da universidade na sociedade como agente catalisador e difusor do conhecimento científico advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes e discentes. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 174).

Utiliza-se a BU para a produção intelectual, pois ela possibilita o acesso à informação, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento da formação do saber e capacidade pessoal de formar a própria ideia. “A BU deve estar voltada para as necessidades educacionais, científicas e tecnológicas do país, tendo por missão trabalhar às necessidades de seus usuários visando sempre supri-las, adequando seu acervo conforme o crescimento do nível de exigência da graduação à pós-graduação.” (MOTA; MENDES; RIBEIRO, 2013, p. 41).

Silveira (2014) analisa como as BUs sofreram alterações conforme as mudanças sociais e que sempre se adaptaram às diversas ocasiões. Baseado nisso, desde o surgimento das primeiras BUs até o século XXI muitas mudanças ocorreram e diversas outras ainda irão ocorrer.

No século XX, com o advento da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente nas bibliotecas universitárias, a disseminação do conhecimento se tornou mais fácil, exigindo das bibliotecas e dos profissionais uma adaptação aos novos conceitos, trazendo a necessidade de um posicionamento convergente com as mudanças, de maneira a ampliar seu espaço de atuação. (SILVEIRA, 2014, p. 71)

No Brasil as Instituições de Ensino Superior (IES) estão divididas em quatro categorias são elas: universidades, faculdades, centros universitários e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Novas modalidades de ensino estão sendo oferecidas por elas, como a educação à distância ou semipresencial (as quais o aluno vai apenas algumas vezes durante o semestre à universidade), estas modalidades de ensino vêm transformando a BU. Cada vez mais as BUs estão investindo em ambientes e bibliotecas virtuais ou digitais, além de bases de dados das mais variadas áreas do conhecimento. Segundo Alcântara e Bernardino (2013) “Caberá a biblioteca física o gerenciamento desta informação [virtual]”, fazendo com que a ideia de que a BU como a conhecemos, com ambiente físico e bibliotecários, mude bastante. Ainda segundo Alcântara e Bernardino (2013), “[...] o grande diferencial na formação da coleção passará do tamanho do acervo para a quantidade de verba destinada ao acesso remoto à informação em bancos de dados e redes de bibliotecas virtuais”.

A biblioteca universitária é uma fonte muito importante para a produção científica da comunidade acadêmica, pois é onde se encontra uma vasta gama de informações, sendo elas registradas em suporte eletrônico ou impresso. O acervo das bibliotecas universitárias reflete as necessidades de informação dos alunos e professores. Lemos (2015, p. 295) defende que na BU “[...] se encontram as maiores e melhores coleções de periódicos especializados e também os melhores acervos de obras de referência. Em sua maioria dispõe de acesso a bases de dados bibliográficos em diversas áreas do conhecimento”.

Vieira (2014, p. 25) salienta que:

A biblioteca universitária tem a finalidade de atender as necessidades informacionais básicas dos alunos de acordo com a bibliografia pedida pelos professores nas áreas em que mantém seus cursos, além de manter um verdadeiro centro de documentação com assinaturas de periódicos, acervo atualizado constantemente, abrir canal eficiente de comunicação para a divulgação da informação entre os alunos e professores e outras unidades agregadas [...].

O bibliotecário, sempre amparado pelos objetivos determinados pela universidade, deve buscar atingir o público-alvo da biblioteca por meio da disseminação da informação satisfazendo as necessidades ou desejos dos usuários. “A Biblioteca Universitária faz parte do processo educacional dos usuários, por isso deve ser incorporada como parte do projeto pedagógico da universidade.” (MOTA; MENDES; RIBEIRO, 2013, p. 143). Os investimentos na biblioteca, desde recursos materiais, financeiros ou humanos para a manutenção ou ampliação de sua infraestrutura dependerão de como a comunidade acadêmica percebe a qualidade dos serviços prestados.

A relação entre a biblioteca universitária e a instituição à qual pertence é complexa e envolve inúmeros aspectos, dos quais podemos destacar: o armazenamento dos documentos que apoiam, historicam e estimulam o saber; o acompanhamento dos rumos tomados pelo conhecimento; o estreitamento dos laços com seu usuário; e a gestão de toda espécie de recursos que essas atividades envolvem. (LEITÃO, 2005, p. 27).

É importante destacar que a BU tem o objetivo de promover o acesso de maneira ampla à informação, porque é o local onde os universitários deveriam passar boa parte de sua vida acadêmica. “Como disseminadora de informação, a biblioteca tem que acompanhar as mudanças que ocorrem, tais como, o surgimento da tecnologia e a mudança de paradigma na sociedade da informação.” (MOTA; MENDES; RIBEIRO, 2013, p. 144).

Relevantes estudiosos da biblioteconomia reconhecem que a BU tem necessidades específicas dentro da instituição de ensino. Eles destacam a relação com o usuário (pesquisador, cientista, professor, aluno e funcionário) como sua maior missão. E, se isso é importante para todas as bibliotecas, representa maior relevância para a BU, que existe para apoiar o desenvolvimento e a produção do

conhecimento. A instituição de ensino e pesquisa tem o objetivo de formar as “[...] gerações vindouras e a transferência do legado cultural e científico de uma sociedade, além do estímulo contínuo ao desenvolvimento do saber e das artes [...]” (LEITÃO, 2005, p. 26).

As bibliotecas universitárias guardam grande parte da produção intelectual do país. Muitas dessas publicações existem apenas em poucas instituições e devem ser preservadas para que todos tenham acesso ao longo das décadas. Para que isso ocorra é necessário estabelecer políticas de preservação dos documentos sob guarda da instituição. Para que estas produções não se percam, em caso de sinistro, é necessário criar e manter atualizado um plano de emergência, pois este documento possibilita que se dê um suporte rápido em caso de emergência.

2.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos é baseada numa visão integrada dos danos que podem ocorrer em uma instituição ou coleção visando a elaboração de estratégias para evitar ou diminuir tais danos, buscando antecipar os possíveis problemas a que a instituição está exposta. Segundo a norma australiana e neozelandesa AS/NZ 4360: 2004 que trata sobre gestão de riscos, “[...] risco pode ser definido como a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos”. (STANDARDS AUSTRALIA; STANDARDS NEW ZEALAND, 2004, p. 4, tradução nossa).

O risco é uma combinação da extensão de consequências indesejáveis e da possibilidade dessas consequências ocorrerem. “As consequências de um acidente podem ser agrupadas em consequência para as pessoas, meio ambiente e socioeconômica.” (DUARTE et al., 2008, p. 380). As consequências para as pessoas envolvem os impactos dentro e fora dos portões da instituição. O impacto sobre o meio ambiente inclui a destruição da fauna e flora, poluição da atmosfera, contaminação do solo, entre outros. E, finalmente, o impacto socioeconômico resultará na descontinuidade dos serviços prestados pela instituição.

A gestão de riscos envolve a gestão para alcançar um equilíbrio adequado entre as oportunidades percebendo ganhos, minimizando as perdas. É uma parte integrante da boa prática de gestão e um elemento essencial da boa governança corporativa. É um processo

interativo que consiste de passos que, quando realizado em sequência, permitem a melhoria contínua no processo de decisão e facilitam a melhoria contínua. (STANDARDS AUSTRALIA; STANDARDS NEW ZEALAND, 2004, p. 5, tradução nossa).

Tradicionalmente relacionado à administração de empresas, o gerenciamento de riscos é uma técnica utilizada para antecipar, quantificar e prevenir problemas que possam ocorrer em determinado local ou decorrente de uma atividade executada de maneira errônea. “O propósito da gestão de riscos é a criação e proteção de valor. Ela melhora o desempenho, encoraja a inovação e apoia o alcance de objetivos.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 2). O gerenciamento de riscos trabalha aspectos de pró ação, procurando antecipar e priorizar as atitudes, e procedimentos que possam minimizar os riscos diversos a que instituições estão expostas. “Para definir prioridades, é importante pensar em riscos. Por exemplo, quais são os riscos para o acervo em suas condições de guarda e uso? Qual a chance destes riscos acontecerem? Que impacto teriam?” (PEDERSOLI JUNIOR; MATTOS, 2013, p. 59). Estes riscos estão ligados a fatores relacionados a edificação, ao território em que está inserido e também a fatores socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada região.

Gonçalves e Souza (2014, p. 93) exemplificam que “[...] além de considerar o microclima em que os objetos estão expostos ou armazenados, o gerenciamento de riscos procura determinar qual a chance de eles sofrerem algum tipo de dano ou perda de valor.” O gerenciamento de riscos mostra-se uma ferramenta útil para a elaboração de estratégias de conservação. Para Gonçalves e Souza (2014, p. 92):

A esfera de atuação a que se propõe é mais complexa do que a da Conservação Preventiva, uma vez que busca incorporar em suas análises: (I) rotinas de valoração dos bens culturais; (II) um horizonte de tempo no qual possíveis danos ou perdas de valor podem ocorrer; (III) fração da coleção afetada pelos riscos.

Já, de acordo com Michalski (2004, p. 56) “A gestão de risco do acervo não se baseia no próximo ano ou nos próximos dez anos [...] a experiência na gestão de risco do acervo demonstrou que o ponto de referência prático para se pensar em risco é de 100 anos.” Deve-se sempre avaliar os riscos e encontrar os motivos por que, daqui a 100 anos, o seu acervo estará em piores condições do que atualmente.

Deve-se sempre buscar prever os riscos e garantir que a conservação seja a melhor possível.

O gerenciamento de riscos, recentemente introduzido na gestão do patrimônio, é ferramenta eficaz para a estruturação e implementação de salvaguarda e emergência. A partir de uma avaliação abrangente e sistemática de todos os riscos para o patrimônio (desde emergências até riscos crônicos), pode-se estabelecer prioridades para ação e alocação de recursos, orientando as tomadas de decisão sobre preservação. (SPINELLI JUNIOR; PEDERSOLI JUNIOR, 2010, p. 11).

As metodologias de gerenciamento de riscos “[...] são largamente conhecidas e empregadas em outras áreas da sociedade, como a saúde pública, a gestão ambiental, a economia, a indústria, etc.” (PEDERSOLI JUNIOR; MATTOS, 2013, p. 59). Isso proporciona uma melhor visão dos danos e perdas esperados para os bens culturais. Esses estudos contribuem para se atenuar esses danos, proporcionando uma ferramenta útil para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes no âmbito da preservação.

O gerenciamento de riscos reúne todo o corpo de conhecimentos acumulados pelos cientistas da conservação, da restauração e da preservação, associados a esses outros profissionais de diversas áreas e os saberes de gestores e funcionários para garantir que os acervos que possuímos hoje possam estar acessíveis no futuro. A capacidade de comunicação entre os diversos profissionais envolvidos será determinante não só no desenvolvimento do processo em si como no desenvolvimento e na validação de ferramentas e técnicas capazes de aperfeiçoar os mecanismos de detecção e resposta aos agentes, para que possamos tomar atitudes preventivas e estarmos preparados, caso algo venha a ocorrer. (PEDERSOLI JUNIOR; MATTOS, 2013, p. 73).

De nada adiantaria falarmos sempre dos problemas que podem destruir um acervo, sem desenvolvermos planos para atenuarmos os perigos. Uma das mais importantes tarefas de um programa de gerenciamento de riscos é a identificação dos perigos existentes, pois é impossível eliminar um perigo que ainda não foi identificado, para ser solucionado ou ao menos entendido. “Identificação dos perigos é o processo pelo qual é feita uma investigação para detectar possíveis falhas com o

potencial de degradar as barreiras de proteção do sistema.” (DUARTE et al., 2008, p. 381).

Nas avaliações de riscos, o importante é ir além da produção de uma lista de problemas potenciais, uma vez que isto pode ser quase que ilimitado. “A quantificação dos riscos é essencial para guiar o desenvolvimento do plano para emergências”. (TRINKLEY, 2001, p. 16). A partir da qualificação dos riscos é possível definir quais áreas estão mais suscetíveis a apresentar problemas.

“A lista de todos os perigos possíveis é indefinida, tal como a lista de todos os riscos possíveis. No entanto, a lista dos dez agentes de deterioração é, misericordiosamente, completa”. (MICHALSKI, 2004, p. 57). Os dez agentes de deterioração que provocam danos ou perdas no acervo são: forças físicas, ação criminosa, incêndio, água, pragas, poluentes, iluminação, temperatura incorreta, umidade e dissociação. Cada agente de deterioração apresenta um tipo diferente de risco conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Tipo de risco causado por cada agente de deterioração

Agente de deterioração	Tipo de risco
Forças físicas	<ul style="list-style-type: none"> • Desastres naturais: terremoto, deslizamento de terras, etc. • Vibrações fortes: manuseio incorreto, falhas do prédio, colapso do sistema de condicionamento, impactos e acidentes durante o transporte; • Vibrações constantes: condicionamento inadequado, vibrações no assoalho;
Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo total: danos pelo fogo e água inerente; • Incêndio numa área limitada;
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Inundação por chuvas fortes; • Infiltração devido a problemas estruturais do prédio; • Umidade ascendente;
Ações criminosas	<ul style="list-style-type: none"> • Roubo profissional; • Vandalismo; • Roubo de parte;

Pragas	<ul style="list-style-type: none"> • Infestações: fungos, bactérias, insetos, roedores, aves e outros animais;
Contaminantes	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação por emissão de poluentes industriais; • Gases poluentes provenientes do trânsito; • Materiais de limpeza, pó, fuligem, etc.;
Iluminação	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição excessiva, direta ou indiretamente, à luz natural ou artificial (níveis elevados constantes e/ou cumulativos);
Temperatura	<ul style="list-style-type: none"> • Temperatura incorreta; • Flutuações ou temperaturas extremas;
Umidade	<ul style="list-style-type: none"> • Umidade relativa incorreta; • Flutuações;
Dissociação	<ul style="list-style-type: none"> • Negligência; • Abandono; • Perdas de peças ou dados; • Perda de documentação por guarda incorreta; • Dissociação entre objetos e informação.

Fonte: Adaptado de Romão (2014)

Os incêndios são um grande perigo para as bibliotecas, pois o fogo pode alastrar-se rapidamente causando danos irreparáveis ao acervo. “Para que haja combustão ou queima, é imprescindível a existência conjunta de três elementos essenciais: combustível, oxigênio e calor, que formam o triângulo do fogo. Na ausência desses elementos não haverá fogo.” (CAMPOS, 2012, p. 72). A ação rápida e a forma de extinção correta são as melhores formas de salvar os documentos. Em um incêndio, além do fogo, a água utilizada para controlá-lo constitui outro perigo para o acervo.

A água constitui um grande risco à sobrevivência dos documentos em papel. A água das inundações deixa os documentos sujos e manchados, danificando o acervo, podendo “[...] causar danos irreversíveis, como a dissolução de colas, o inchamento e a deformação de livros, papel e pergaminho, a queda das capas das encadernações, a dissolução de tintas, e a aderência permanente de papéis”. (OGDEN, 2001, p. 26). O papel quando molhado aumenta de volume, o que pode provocar o deslocamento de livros das estantes, e caso estes estejam muito

apertados na prateleira ficam, ainda mais difíceis de serem removidos devido à expansão do papel.

A precariedade nas condições das instalações hidráulicas, com tubulações entupidas e danificadas, ou defeitos de forros e telhados do imóvel são as causas mais comuns das inundações nas instituições que guardam acervos documentais. “Na época de chuva e de temporal, muitas vezes, há vazamentos no interior do prédio. Para prevenir este tipo de incidente, que é o mais frequente, é necessário limpar as calhas e as goteiras do prédio no mínimo a cada três meses.” (RAISSON, 2012, p. 190).

Se “A instituição se localiza em zona costeira ou área sujeita a enchentes é preciso realizar um levantamento histórico sobre as marés, as inundações e outros fenômenos correlatos para verificar qual o maior nível de água já registrado.” (ONO; MOREIRA, 2011, p. 131). É necessário se certificar que o prédio é seguro, garantindo que as coleções ali armazenadas estejam acima de um nível crítico de água ou que possam ser remanejadas rapidamente para áreas seguras, em caso de necessidade.

“Devido à umidade excessiva, logo depois de um incêndio ou inundação, o mofo começa a invadir o acervo. Os esporos são capazes de difundir-se rapidamente a outras partes do imóvel que não foram atingidas pelo sinistro.” (PRESERVAÇÃO... 2009, p. 60). Visando evitar uma infestação por mofo é necessária uma rápida intervenção nos documentos atingidos.

Uma obra danificada pela água pode, em geral, ser preservada e restaurada, porém este é um processo que demanda tempo e atuação de profissionais da área de preservação. Para poder executar o trabalho com calma e perícia, Raison (2012, p. 190) comenta que se deve “[...] prever o uso de congeladores para arrumar as obras molhadas. A temperatura a baixo de 18°C negativos vai impedir o desenvolvimento dos fungos e eliminar a umidade ambiente”.

As ações criminosas constituem outro problema a ser combatido pelas instituições. É fundamental “Estabelecer normas de investigação e apuração para os casos de roubo, vandalismo, entre outros, buscando cooperação com os organismos legais. Essas normas têm que ser baseadas na legislação existente.” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 22).

Todos os itens do acervo devem ser identificados “[...] com um número, código ou marca permanente, em caráter exclusivo, individualizando cada um.”

(MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 48). Para facilitar as investigações em caso de furto ou roubo de itens do acervo, é útil “[...] aliar, à descrição técnica do acervo, uma outra em linguagem de leigo, para fácil compreensão da equipe de segurança e da polícia.” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 48). Deve-se utilizar guarda-volumes, para armazenamento de objetos pessoais, tais como mochilas e bolsas. Outra medida de segurança é o acervo e a sala de consulta ficarem em local visível aos funcionários da biblioteca.

É necessário manter um cadastro de usuários contendo algumas informações como: nome completo, endereço, telefone, número de identidade, endereço eletrônico, etc. Estes registros precisam ser armazenados em local seguro e por um prazo suficientemente longo para que esta informação possa ser recuperada em casos de investigação por motivo de perdas ou danos em acervos (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 54). Para evitar atos de vandalismo contra a instituição, a equipe da biblioteca deve promover ações para “Encorajar as pessoas para respeitar a propriedade institucional e o cuidado com os bens culturais.” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 22).

Para evitar perdas por dissociação é indispensável “Elaborar o registro do acervo, para que ele seja prontamente identificado, de forma suficientemente detalhada para permitir que cada item possa diferenciado dos demais.” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 48), evitando assim informações incorretas e que o material não seja encontrado quando preciso. Spinelli Junior e Pedersoli Junior (2010, p. 29) explicam que dissociação “[...] envolve a perda de objetos da coleção (dentro da própria instituição), a perda de dados e informações referentes aos objetos da coleção, e a perda da capacidade de recuperar ou associar objetos e informações.” É imprescindível também conscientizar o quadro funcional sobre os cuidados que o acervo exige a fim de evitar, ao máximo, danos causados por negligência.

Depois de avaliar todos os aspectos, deve ser realizada uma análise de riscos que podem ocorrer na instituição, com o objetivo de minimizar e/ou eliminar todos os riscos existentes. Essa avaliação deve ser feita por um profissional da área.

Além dos 10 agentes de deterioração, Bourdeau (2008, p. 211) defende que, diretamente responsáveis pela condição física de um acervo, estão pressões internas e externas:

Pressões internas incluem questões com governança (gerenciamento financeiro pobre, gerenciamento pobre de coleções, contabilidade pobre); pessoas (papeis indefinidos, responsabilidades e competências – ter pessoas suficientes com as habilidades certas - ; sucessão e troca) e infraestrutura (sustentabilidade e renovação dos prédios e sistemas que protegem a coleção). Pressões externas incluem risco financeiro (sustentabilidade financeira e a crescente competição dos fundos), contabilidade (fontes de pagamento de fontes privadas ou públicas) e relevância (significado percebido, conexão com a comunidade, acesso e programas para integrar a coleção à comunidade).

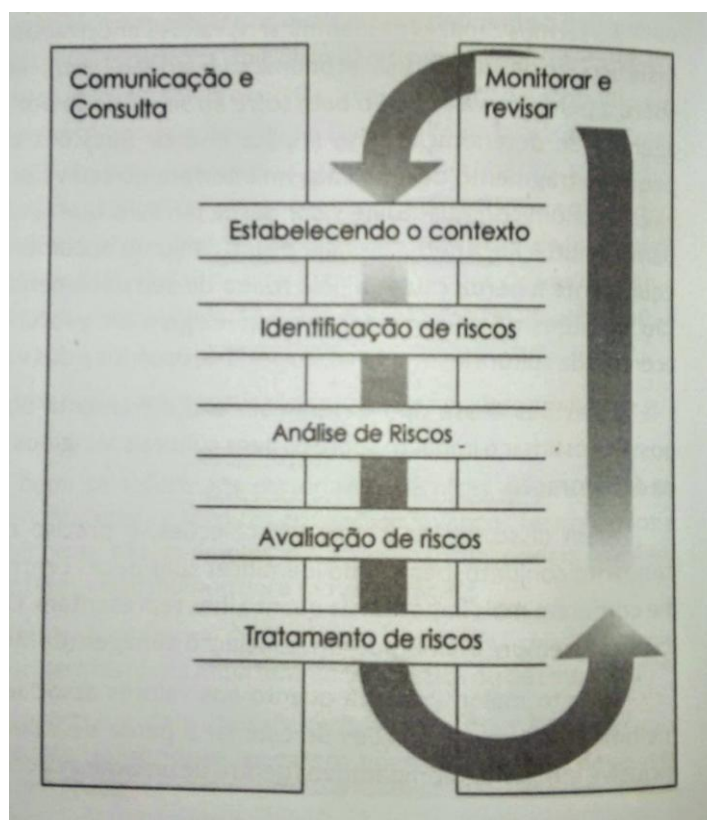
Integrar a gestão de riscos em uma instituição é um processo dinâmico e interativo, e deveria ser personalizado para as necessidades e cultura de cada organização. Esta gestão deve estar inserida na proposta da organização e nunca separada do todo.

A integração da gestão de riscos baseia-se em uma compreensão das estruturas e contexto organizacional. Estruturas diferem, dependendo do propósito, metas e complexidade da organização. O risco é gerenciado em todas as partes da estrutura da organização. Todos na organização têm responsabilidade por gerenciar riscos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 6).

A metodologia de gestão de riscos envolve alguns passos básicos. Podemos citar a identificação de todos os riscos para a coleção, como os agentes de deterioração, a avaliação da abrangência de cada risco, a identificação de possíveis estratégias para diminuir esses mesmos riscos. Por último, pode-se pensar em uma avaliação dos custos e benefícios associados a cada estratégia de forma a tomar uma decisão de atuação.

Segundo a norma australiana e neozelandesa AS/NZS 4360:2004 sobre gerenciamento de riscos (STANDARDS AUSTRALIA; STANDARDS NEW ZEALAND, 2004) o processo de gestão de riscos é cíclico, dividido em cinco etapas, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Fluxograma de gerenciamento de riscos



Fonte: Pedersoli Junior; Mattos (2013)

Primeiro é necessário estabelecer o contexto, explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes a serem envolvidas (interna e externa), os ambientes em que o processo ocorrerá e os critérios para avaliação dos riscos. Pedersoli Junior e Mattos, (2013, p. 65) exemplificam que “Em relação à instituição, são reunidas e analisadas informações quanto à gestão ao contexto legal e econômico, às políticas, à missão institucional, aos valores, etc. [...]”

Depois é necessário identificar os riscos de forma sistemática e abrangente. Este “É um processo exaustivo [...], que parte de uma inspeção detalhada dos vários níveis de proteção que a coleção possui: embalagem, suporte, unidade de armazenamento, sala, prédio, entorno e região.” (PEDERSOLI JUNIOR; MATTOS, 2013, p. 65).

Após a identificação dos riscos é preciso analisá-los. É necessário estabelecer uma relação entre a frequência/velocidade em que ocorre o risco, a probabilidade de ocorrência e o impacto para a instituição. Pedersoli Junior e Mattos, (2013, p. 68) defendem que esta é uma atividade interdisciplinar “[...] que requer a

consulta e a participação de especialistas e instituições de diversas formações e setores [...]”.

A avaliação dos riscos visa decidir quais deles serão tratados e com que prioridade, também envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Pedersoli Junior e Mattos, (2013, p. 71) destacam que “[...] a avaliação de riscos não objetiva definir automaticamente as prioridades a serem adotadas pela instituição, mas sim fornecer aos tomadores de decisão informações essenciais para uso no processo de decisão”.

O tratamento de riscos envolve a identificação do leque de opções para tratar os riscos, avaliando dentre as opções quais são as melhores e mais viáveis de serem executadas, a fim de eliminar ou reduzir os riscos a níveis aceitáveis. Deve ser desenvolvido um planejamento com base no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento. “[...] uma das maiores dificuldades é o estabelecimento de prioridades, fundamental para a elaboração do planejamento e da tomada de decisões quanto a alocação de recursos, tipicamente limitados.” (PEDERSOLI JUNIOR; MATTOS, 2013, p. 59). A seleção da opção mais adequada envolve equilibrar os custos de implementação com os benefícios dela derivados. Em geral, o custo do gerenciamento de riscos precisa ser proporcional aos benefícios obtidos.

Após a identificação dos riscos estes devem ser trabalhados de forma a evitar sempre que possível a ocorrência de um sinistro, ou no caso de ele ocorrer, que as decisões sejam tomadas levando em conta a manutenção dos serviços da instituição e a segurança de todos os envolvidos. “A ocorrência de eventos imprevisíveis aponta a necessidade de preparar as ações mais adequadas em resposta à variedade de riscos. Essas ações consistem em procedimentos para a segurança de empregados, empregadores e sociedade [...]” (RODRIGUES, 2014, p. 59). Para tal é necessário a elaboração de um plano de contingência e emergência voltado à biblioteca, pois trata-se de um espaço sensível a ocorrência de incidentes que podem causar grandes prejuízos.

2.3 Plano de emergência

Os planos de emergência devem fazer parte dos processos de segurança de qualquer organização. Um plano de emergência se bem planejado e executado pode salvar vidas e minimizar os estragos na edificação e no acervo da biblioteca, pois ele pretende preparar uma instituição para enfrentar situações adversas.

De acordo com o mestre em Engenharia Civil, Rodrigues (2014, p.60):

[...] o plano de contingência é abrangente e o plano de emergência mais específico. Um plano contingencial relaciona diversos aspectos de uma empresa, ou até mesmo de uma instituição governamental. Ele leva em conta todos os riscos capazes de afetar a sobrevivência dos negócios de uma instituição. Já o plano de emergência trabalha na gestão operacional do desastre.

Para que uma instituição de ensino superior (IES) funcione, todos os cursos de graduação devem ser autorizados e reconhecidos pelo MEC. Para que esse reconhecimento ocorra a IES necessita de uma série de processos a fim de demonstrar a qualidade dos seus cursos. Para que o curso seja autorizado a IES passa por “[...] diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017, p. 5). Após a visita é gerado o conceito do curso que possui cinco níveis, onde a partir do nível três indica qualidade satisfatória.

Para as visitas *in loco* os avaliadores contam com os documentos elaborados pelo INEP intitulado Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017a, 2017b). São dois instrumentos, um utilizado para autorização dos cursos e outro para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. O “[...] instrumento é a ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões previstas no Sinaes [Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior]: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017, p. 6).

As Bibliotecas universitárias são contempladas na dimensão de infraestrutura e a necessidade de adoção de um plano de contingência é mencionada em três indicadores. No indicador 3.6 - Bibliografia básica por Unidade Curricular e no Indicador 3.7 - Bibliografia complementar por Unidade Curricular. Para que se alcance um conceito cinco, é necessária a existência de um plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. Já o Indicador 3.14 - Processo de controle de produção ou distribuição de material didático, para que se atinja o conceito mínimo necessário (conceito três), é necessário a elaboração de um plano de contingência.

Plano de contingência é um tipo de plano preventivo, preditivo e reativo. Apresenta uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas. O plano de contingência propõe uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma de suas funções usuais se vê prejudicada por uma consequência interna ou externa. Essa classe de plano procura, portanto, garantir a continuidade do funcionamento da organização face a quaisquer eventualidades, sejam estas materiais ou pessoais. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018, p.74).

O plano de contingência faz parte de estudos de possíveis cenários de risco, determinando ações de preparação e resposta a sinistros, caso eles venham acontecer. Estas ações abrangem socorro e auxílio às pessoas, reabilitação dos cenários e redução dos danos e prejuízos. “Um plano de contingência envolve todas as áreas sujeitas a catástrofes. Consiste em um plano amplo, capaz de fazer referência a várias áreas de uma empresa ou unidade administrativa.” (RODRIGUES, 2014, p. 61). Identificar riscos e possíveis falhas que podem ocorrer levando em conta a probabilidade de acontecer, provável duração dos efeitos, consequências, resultados, custos inerentes e os limites máximos aceitáveis de permanência da falha. Este documento “[...] deve ser parte da política de segurança de uma organização [...]. Nele são especificados procedimentos pré-estabelecidos [...] de modo a diminuir o impacto causado por incidentes que não poderão ser evitados pelas medidas de segurança em vigor.” (FREITAS, 2013, p. 19).

Sobre o plano de contingência, Santos (2017, p. 53), engenheiro ambiental, destaca que:

Tal plano deve conter as medidas necessárias a serem tomadas durante eventualidades e que devem ser efetivas, de fácil e rápida execução. Além disso, devem especificar medidas alternativas para o controle e minimização de danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio quando da ocorrência de situações anormais envolvendo quaisquer das etapas do gerenciamento do resíduo.

Um plano de emergência é um documento que trata de todas as informações necessárias para diminuir os estragos em caso de emergências na instituição. Ele leva em consideração as avaliações de riscos da instituição e deve ser elaborado considerando as particularidades de cada biblioteca. Para o Conselho Internacional de Museus (2004, p. 227), “O Plano de emergência é um documento ou outra declaração que contém um resumo escrito de medidas e procedimentos a utilizar na gestão de acidentes e emergência.” Ou seja, é um apanhado do planejamento, metodologia e documentos informativos, utilizados para a tomada de decisão, gestão e coordenação em tais situações onde são exigidas ações rápidas.

Um plano para diminuir possíveis emergências, micro e macro, não é apenas o resultado da boa vontade de uma pessoa ou grupo e muito menos da improvisação. Um plano é uma coreografia muito bem orquestrada, fundamentada num planejamento, levantamento de informações objetivas, com olhar analítico, que procure identificar quais são os riscos visíveis e previsíveis, ocultos e latentes, que colocam em perigo parte ou a totalidade de nossos acervos documentais. (UNESCO, 2007, p. 12, tradução nossa).

Na ocorrência de uma emergência os funcionários devem saber como reagir, pois devem ter sido preparados para agir de acordo com o plano diante do incidente. Todos desempenhando o que foi predeterminado, respeitando as funções e competências de cada um, visando proteger e minimizar os possíveis danos às pessoas, ao acervo e à infraestrutura da instituição. “Procedimentos específicos podem ser necessários para diferentes situações como falta de água, energia elétrica, inundações, acidentes de trânsito, ameaça de bomba, sempre de modo gradativo de ameaças e vulnerabilidades locais.” (GILL; LEAL, 2008, p. 322). As ações que serão desenvolvidas diante de uma emergência precisam ser previamente estipuladas para todos os envolvidos. Estes precisam ser capacitados e treinados para bem responder diante de uma eventualidade. Este planejamento

deve estar estruturado e detalhado no plano de emergência. “Como parte do Plano de Gestão de Riscos, o Plano de Emergência é um documento de fácil compreensão, que deve conter os recursos previstos, as pessoas que estarão envolvidas e toda a operacionalização da ação de resposta.” (GESTÃO..., 2013, p. 17).

No plano deverão estar explicitadas as funções de cada funcionário em caso de emergência, os detalhes dos procedimentos que devem ser adotados e em que ordem devem ser executados. Gil e Leal (2008, p. 322), exemplificam que “[...] em uma emergência o que cada pessoa quer saber é: ‘Qual é o meu papel?’, ‘Para onde devo ir?’. Os procedimentos esclarecem como se irá responder a uma emergência nas instalações”.

A prioridade em qualquer emergência é a segurança das pessoas. “O salvamento de peças culturais jamais deverá colocar em risco a vida de funcionários e usuários.” (OGDEN, 2001, p.12). Em determinadas situações, poderá ocorrer a restrição de acesso ao local até que seja avaliada a segurança da edificação a fim de resguardar a integridade física de todas as pessoas envolvidas. Em casos mais graves, bombeiros, defesa civil e outros profissionais poderão restringir o acesso ao prédio até que se faça a avaliação total dos danos. Após serem atendidas as questões como a segurança das pessoas, a atenção deverá voltar-se para os documentos e equipamentos fundamentais para o funcionamento da instituição, como escrituras, inventários e arquivos administrativos.

Segundo Vassão e Santos (2012, p. 91), “[...] para cada etapa é preciso ter uma pessoa responsável que responda pelo bom andamento do plano”. Pois no momento do problema todos devem estar treinados para responder rapidamente às necessidades. “Ulteriormente à elaboração do plano de emergência, treinamentos periódicos devem ser colocados em prática para testar a eficácia do plano”. (VASSÃO; SANTOS, 2012, p. 92).

O trabalho em equipe parece ser mais produtivo, pois já envolve desde o início os profissionais necessários ao sucesso da elaboração do plano de emergência, ocorrendo mais interação no processo. Normalmente, com o envolvimento de mais pessoas, ocorrem mais e melhores ideias, principalmente porque o grupo irá discutir com base na experiência da sua área de trabalho, aumentando o engajamento de todos. Ono e Moreira (2011, p. 134) defendem que:

As equipes de resposta às emergências devem participar do planejamento do plano de resposta para se familiarizar com todos os aspectos relevantes do plano de emergência. É importante indicar suplentes nas equipes de resposta, para que em situações críticas, de jornadas longas, os membros das equipes possam ser substituídos, para terem chance de descansar e se alimentar.

É muito importante também buscar o apoio de parceiros externos à instituição, favorecendo a cooperação e atuação conjunta, não só para a atuação numa emergência como na fase de elaboração do plano. Especialistas diversos, como “Conservadores, restauradores e arquitetos, podem ser chamados, além de órgãos de segurança pública: Defesa Civil, Polícia Civil e Militar e Corpo de Bombeiros [...]” (GESTÃO..., 2018, p. 21) devem ser consultados para elaboração do plano.

O componente final de um sistema de segurança é o plano de emergência que reúne todos os elementos e informações de apoio que podem ser necessárias, caso ocorra uma emergência grave, apesar de toda a avaliação de riscos, planejamento e formação do pessoal. Para Vassão e Santos (2012, p. 92), “[...] a redação do plano de emergência deve contemplar três etapas essenciais: informações relativas à organização da segurança, plano de ação e plano de evacuação.” Trinkley (2001, p. 16) afirma que:

As considerações referentes à preservação envolverão uma variedade de aspectos tratados no planejamento para desastres uma vez que o objetivo do planejamento do local é minimizar ou mitigar, o máximo possível, os riscos de desastre ou emergência através de modificações específicas no plano de construção. Para aqueles riscos que não possam ser minimizados, este planejamento inicial auxilia a biblioteca no reconhecimento de questões importantes que necessitam de um planejamento interno adicional.

Devemos sempre lembrar três importantes características de um plano de emergência eficiente: clareza, simplicidade e flexibilidade. “A complexidade de um plano de emergência vai depender de uma serie de fatores que incluem a dimensão da instituição, os tipos de risco identificados, o número de edifícios envolvidos e os diferentes tipos de coleções existentes.” (ONO; MOREIRA, 2011, p. 136).

O plano deverá especificar todos os tipos de emergência e calamidades que a instituição pode vir a enfrentar. “Incluirá ações, tanto de curto quanto de longo

prazo, para os esforços de resgate e recuperação. Levará em conta também o fato de que os serviços normais podem sofrer quebra de continuidade.” (OGDEN, 2001, p. 10). Uma instituição não está vulnerável a todos os tipos de incidentes, porém todas as calamidades mesmo tendo uma pequena chance de ocorrer devem ser elencadas no plano de emergência.

Conforme a NBR 15219/2005, que trata sobre plano de emergência contra incêndios, o documento precisa ser redigido levando em consideração oito aspectos, são eles: a localização, a construção, a ocupação, a população, as características de funcionamento, pessoas com necessidades especiais, recursos humanos e outros riscos específicos inerentes à atividade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

Outra prioridade é atualizar periodicamente o plano de emergência. Nomes, endereços, telefones e pessoas mudam constantemente. A instituição também adquire novas coleções, os prédios sofrem modificações e instalam-se novos equipamentos. “Se o plano não for mantido sempre atualizado, talvez não ajude em nada quando se tiver que lidar efetivamente com calamidades.” (OGDEN, 2001, p. 13). Segundo a NBR 15219/2005 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 6) o plano deve ser revisado sempre que “[...] ocorrer alguma modificação no espaço físico, for contatada possibilidade de melhoria no plano ou completar 12 meses da última revisão”.

O plano de emergência deve ser de conhecimento de todas as pessoas que regularmente frequentam a instituição (funcionários e público externo), um manual, panfletos ou palestras para os empregados podem ser utilizados como meios de divulgação do plano de emergência.

A divulgação do plano deve fazer parte do treinamento de um novo funcionário que ingressa na instituição, e treinamentos periódicos devem ser efetuados por todos os membros da equipe. Deve ser armazenada uma cópia do plano nos diferentes setores da unidade.

É imprescindível elaborar, e dar ciência à equipe, dos mapas de localização dos seguintes itens: a) extintores de incêndio e hidrantes; b) circuito das saídas de emergência; c) trânsito interno e externo do material; d) restrições de acesso das diferentes áreas do prédio; e) locais de armazenamento de material inflamável, explosivo, perecível

ou nocivo à saúde; f) circuito elétrico e hidráulico. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 35).

O ideal é que sejam realizados exercícios simulados de abandono de área, parciais e completos, no estabelecimento, com a participação de toda a população. “Sem treinamento adequado dos funcionários tanto nos procedimentos de emergência quanto nas medidas de prevenção, o plano de emergência do museu se torna apenas um documento sem utilidade prática.” (ONO; MOREIRA, 2011, p. 140).

A realização de simulados de abandono deve ser gradual, começando por exercícios simples e adicionando fatores complicadores, com uma pessoa ferida ou uma das saídas bloqueadas. “É necessário que as pessoas estejam prontas para certas adversidades, pois elas proporcionam melhor preparo e não deixam os exercícios monótonos, sempre inserindo novos desafios aos funcionários.” (ONO; MOREIRA, 2011, p. 143). Os simulados visam desenvolver habilidades como a decisão rápida e o alerta para a necessidade de treinamentos.

Ao conduzir exercícios práticos, os funcionários têm oportunidade de trabalhar em conjunto e afinar suas habilidades no trabalho em equipe. Os treinamentos envolvendo mais de um setor, com a troca de informações e experiência, também são muito proveitosos. Para formar uma boa equipe de emergência passa-se por situações envolvendo conflitos, confiança, interdependência e muito trabalho. (ONO; MOREIRA, 2011, p. 145).

Os simulados deverão ser realizados com uma periodicidade definida no plano de emergência. Uma forma de viabilizar treinamentos sem muito ônus para a instituição é procurar organizações especializadas que possam contribuir. Algumas instituições que podem colaborar estão elencadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Organizações que podem contribuir com a definição do plano de emergência

Organização	Possível contribuição
Instituições culturais	Podem trocar experiências e apresentar programas semelhantes que desenvolvam;
Serviço de bombeiros	Podem instruir sobre o manuseio de extintores, assim como os procedimentos de inspeção desses equipamentos;
Serviço de pronto-socorro	Pode dar treinamentos de primeiros socorros;
Defesa civil	Pode ajudar a identificar o risco do local a alguns desastres naturais e instruir sobre

	procedimentos básicos de prevenção e proteção;
Polícia	Podem auxiliar ou dar dicas de treinamento para lidar com situações críticas como ameaça a bomba ou atos de vandalismo;
Empresários e comerciantes locais	Podem fornecer apoio financeiro ou material para implementação de melhorias para a biblioteca enfrentar emergências;
Serviço de meteorologia	Podem dar suporte na previsão de situações críticas e instruções básicas aos funcionários para manter a prontidão;
Seguradoras	Podem inspecionar as instalações e opinar sobre a segurança do edifício e do acervo, acompanhadas de membros da comissão de prontidão às emergências.

Fonte: Adaptado de Ono; Moreira (2011)

Após a simulação de emergência, deve ser realizada uma reunião da equipe para avaliar possíveis falhas e corrigi-las. “A comissão de prontidão às emergências deve preparar e circular uma minuta do plano de emergência entre os funcionários para comentários e sugestões em reuniões setoriais e considerar o seu retorno para uma revisão final dessa versão do plano.” (ONO; MOREIRA, 2011, p. 136).

Todos que visitam ou trabalham na empresa devem estar interados com o plano para que, em caso de sinistro as ações sejam mais efetivas. “A representação gráfica contida no plano de emergência contra incêndio, com destaque para as rotas de fuga e saídas de emergência, deve estar afixada na entrada principal e em locais estratégicos de cada edificação [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 4) divulgando assim o plano para todos que circulam diariamente pela instituição.

O plano de emergência deve se tornar parte da cultura da empresa. Procure oportunidades para despertar a atenção, para educar e treinar pessoal, para testar procedimentos, para envolver todos os níveis de gerência, todos os departamentos e, conforme o caso, a comunidade no processo de planejamento e para fazer com que o gerenciamento de emergência seja uma parte do dia-a-dia das pessoas. (GIL; LEAL, 2008, p. 325).

É necessário montar uma equipe para agir em caso de emergências, a instituição deve “[...] em casos de emergência, autorizar o responsável pela

segurança a agir imediatamente, antes de se reportar à direção”. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 21) a fim de responder ao sinistro o mais rapidamente possível evitando que o problema tome proporções catastróficas. Ono e Moreira (2011, p. 133) sustentam que:

O coordenador de respostas às emergências é a figura que assume o comando em uma emergência, coordenando todas as atividades de resposta e recuperação geradas por um sinistro. O profissional que assume esse cargo deve ter condições para coordenar com calma uma situação calamitosa e ter compreensão profunda do plano de emergência. Além disso, deve ter autoridade ampla para tomar importantes decisões em caso de emergência, inclusive aquelas que envolvem recursos financeiros.

O plano de emergência deve estipular procedimentos e pessoas responsáveis por informar a mídia sobre a ocorrência de sinistros a fim de evitar especulações e informações falsas. Deve contar também com estratégias para informar seu público, sobre a suspensão de seus serviços, caso a emergência obrigue o fechamento temporário da instituição. Ono e Moreira (2011, p. 139) exemplificam também que:

Durante o processo de recuperação da emergência, quanto mais informações os funcionários tiverem sobre o desastre, a situação da instituição e os seus problemas, melhor eles enfrentarão o problema e auxiliarão em sua resolução. Quando a informação é precisa e direta, deixa menos espaço para rumores e especulações. Após uma emergência, é importante organizar reuniões com grupos de funcionários, por setores, para esclarecer sobre a situação e as providências que estão sendo tomadas para a volta as atividades normais.

Portanto é de suma importância a elaboração do referido plano de emergência que pode salvar vidas e o acervo que queremos preservar em caso de sinistros de qualquer natureza. O objetivo do plano é prever eventuais acidentes e, com o treinamento das pessoas que atuam na biblioteca, minimizar possíveis danos ao acervo.

3 METODOLOGIA

Para este trabalho foi realizada uma pesquisa de natureza básica, pois se usou informação e estudos existentes para a construção de novos conhecimentos. Quanto à abordagem utilizou-se a qualitativa. Segundo Gerhart e Silveira (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa possui como características “Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural”. A pesquisa foi construída e desenvolvida visando a solução de um problema, através de investigação e resultados qualitativos.

Quanto ao seu objetivo foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, baseada em levantamento bibliográfico e documental. A metodologia escolhida para o estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando os diversos tipos de fontes disponíveis. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 166) “A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito sobre determinado assunto”. Já a pesquisa documental, conforme Gil (2010, p. 51) “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A seguir são apresentados os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 Coleta de dados

Foram utilizados diferentes métodos de coleta de dados bibliográficos e documentais, conforme relatado a seguir.

3.1.1 Coleta de dados bibliográficos

O procedimento para coleta de dados bibliográficos foi dividido em etapas de pesquisa, que subsidiaram a construção do referencial teórico e da análise dos dados. Foram realizadas várias pesquisas nas bases de dados BRAPCI, LUME,

Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Google acadêmico e catálogo SABI, durante a disciplina Pesquisa em Ciência da Informação, no semestre 2018/2. Foi dada a continuidade da pesquisa, em março de 2019, com o objetivo ampliar a leitura de documentos relacionados com o conteúdo do trabalho. Alguns termos de busca, em português, foram utilizados visando resultados mais específicos, são eles: plano de contingência, gerenciamento de riscos, gestão de riscos, plano de emergência, bibliotecas universitárias, segurança em bibliotecas e preservação de acervos. Esses termos foram combinados na pesquisa avançada de cada base de dados.

3.1.2 Coleta de dados documental

No dia 11 de abril de 2019 foi realizada uma busca das bibliotecas que possuem e disponibilizam na web seus planos de emergência. Utilizou-se a expressão, em português, “Plano de emergência” and “Biblioteca” no buscador do Google, empregou-se uma expressão mais generalista visando abranger um maior número de documentos, porém não foram encontradas bibliotecas brasileiras que tenham desenvolvido seus planos de emergência e que os disponibilizem em suas páginas web. A busca resultou em três planos encontrados, todos desenvolvidos em Portugal, conforme Quadro 3. Tendo em vista a importância das bibliotecas possuírem seus planos optou-se por analisar os três documentos.

Quadro 3 - Bibliotecas identificadas na pesquisa e endereço eletrônico dos planos de emergência

Biblioteca	Link plano de emergência
Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30369/1/ulfl240787_tm.pdf
Biblioteca Municipal de Pinhal Novo	https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7216/1/PROJECTO%20FINAL.pdf
Biblioteca Municipal de Palmela	https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7215/1/Jo%C3%A3oCh_trabfinal.pdf

Fonte: Autoria do trabalho

Nota: Coleta de dados realizada em 11 de abril de 2019

Foi realizada também uma busca das bibliotecas universitárias que possuem Plano de Contingência e os disponibilizam na web. Os planos de contingência para

bibliotecas universitárias começaram a ser criados a partir da exigência do MEC, que no ano de 2017 publicou um novo instrumento de avaliação dos cursos de graduação, substituindo o instrumento anterior que datava de 2015. Este novo documento exige que a BU tenha seu plano de contingência, por isso as bibliotecas universitárias começaram a criá-los. Nessa busca, foram encontradas 28 bibliotecas que tinham o plano, conforme Quadro 4, e estes, foram analisados quanto à qualidade do documento apresentado. A pesquisa foi realizada no buscador Google com a expressão de busca “Plano de Contingência” and “Biblioteca” no dia 27 de abril de 2019 e optou-se por analisar todos os planos encontrados até a data da coleta.

Quadro 4 - Bibliotecas universitárias identificadas na pesquisa e endereço eletrônico dos planos de contingência

Instituição de Ensino Superior (IES)	Link plano de contingência
Faculdade de Ensino Regional Alternativa (Fera)	https://www.fera-al.com.br/public/_ARQ/downloads/download_363.pdf
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DA-AMAZNIA--verso-final--.pdf
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa)	http://www.ciesa.br/images/university/biblioteca/BAA_PC.pdf
Faculdade do Maciço de Baturité (FMB)	https://faculdadefmb.edu.br/wp-content/uploads/2019/03/PLANO-DE-CONTINGENCIA-FMB-1.pdf
Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus de Crateús	http://www.crateus.ufc.br/documentos/site/editais/2019/PLANO%20DE%20CONTIG%C3%8ANCIA.pdf
Faculdade Fibra	http://fibra.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/Plano-de-conting%C3%Aancia-da-biblioteca.pdf
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc Minas)	http://www1.pucminas.br/documentos/plano-contingencia-SIB-PUCMinas.pdf?_ga=2.188989679.596135256.1556243859-496034179.1556243858
Centro Universitário Unifipmoc	http://fip-moc.edu.br/biblioteca/doc/PLANO%20DE%20CONTIG%C3%8ANCIA.pdf
Faculdade de Engenharia de Minas Gerais (Feamig)	https://www.feamig.br/plano-de-contingencia/
Faculdade de Extrema (FAEX)	https://faex.edu.br/docs/biblioteca/politica_atualizacao.pdf
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	https://portal.ufpr.br/documentos/normas_e_regulamentos/Plano_Contingencia_2018.pdf
Faculdade Guarapuava	http://faculdadeguarapuava.edu.br/arquivos/biblioteca/Plano_de_contingencia.PDF
Faculdade de Tecnologia	https://www.rj.senac.br/wp-content/uploads/2018/10/Plano-de-

Senac Rio	Conting%C3%Aancia-da-Biblioteca-FATEC.pdf
Centro universitário IBMR	https://www.ibmr.br/files/editor/files/politica-de-contingencia-dos-servicos-da-biblioteca.pdf
Associação Educacional Dom Bosco	https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2019/02/Site-Plano-de-Conting%C3%Aancia-Fev2019.pdf
Fundação Getulio Vargas (FGV)	https://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/sites/bibliotecas.fgv.br/files/plano_de_contingencia.pdf
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	https://bibliotecas.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/21/2018/12/Plano-de-Conting%C3%Aancia-SISBI.pdf
Universidade Potiguar	https://unp.br/wp-content/uploads/2019/02/RES077-Politica-SIB-Anexo-IV.pdf
São Lucas Educacional	http://saolucas.edu.br/sjc/wp-content/uploads/2019/02/Plano-de-Conting%C3%Aancia-para-Sistema-de-Bibliotecas-2019.pdf
Universidade La Salle	https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/e62289cc04eef604da b8e904967a89c6.pdf
Centro Universitário Cenecista (CNEC) Osório	http://educacaosuperior.cnec.br/documentos/1f6fedd7119e7ace 926f8b93056f22ec
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2019/03/pdc-com-capa.pdf
Instituto Federal Catarinense (IFC)	http://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/Plano-de-conting%C3%Aancia-1.pdf
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	http://portal.bu.ufsc.br/files/2019/01/PlanoContingencia_final.pdf
Universidade de São Paulo (USP) Campus Leste	http://each.uspnet.usp.br/site/download/PlanoDeContingenciaUSPLeste.pdf
Universidade Paulista (UNIP)	https://www.unip.br/presencial/servicos/biblioteca/download/plano_de_contingencia.pdf
Centro Universitário Unifafibe	http://www.unifafibe.com.br/engenhariaeletrica/documentos/37_plano_contingencia_biblioteca.pdf
Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus Piracicaba	https://prc.ifsp.edu.br/index.php/component/phocadownload/category/46-documentos?download=1332:plano-de-contingencia-biblioteca

Fonte: Autoria do trabalho

Nota: Coleta de dados realizada em 27 de abril de 2019

3.2 Técnicas de análise dos dados

Para alcançar resultados satisfatórios foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema. A análise foi feita através de leitura e a análise realizada em livros, artigos e produções acadêmicas da área de interesse. Os vários autores consultados foram utilizados como uma base teórica sobre medidas de prevenção a desastres, avaliação de riscos e elaboração de um plano de emergência para bibliotecas.

Foi realizada uma revisão dos planos de emergência encontrados visando identificar se estes contemplavam as principais diretrizes que um plano de emergência deve contemplar. Foi realizada também uma revisão dos planos de contingência a fim de observar os conceitos trazidos e a abrangência deles. Para a realização dessa análise foi elaborado o Quadro 5, contendo os principais itens que um plano deve incluir, conforme indicam os autores e obras consultadas na revisão bibliográfica. Os aspectos observados foram: os responsáveis, descrição das responsabilidades, contato dos responsáveis, contatos dos serviços necessários em uma emergência, suprimento emergencial, localização dos suprimentos, mapas e plantas, prioridades no salvamento, procedimentos a serem adotados, localização de encanamentos e quadros de força, sinalização de emergência, medidas a serem adotadas em caso de incêndio, inundação, atentados, furto e roubo, plano de evacuação, avaliação de riscos, planta de emergência, simulados e atualizações. Os planos foram avaliados conforme os itens acima e foi quantificado se o documento contempla, contempla parcialmente ou se não contempla os itens pesquisados.

Quadro 5 - Diretrizes para elaboração de um plano de emergência

Diretrizes para o Plano de emergência	Autores de referência (ano)
Responsáveis	Vassão e Santos (2012); IBRAM (2013); Ono e Moreira (2011); Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006)
Descrição das responsabilidades	Ono e Moreira (2011); Gil e Leal (2008)
Contato dos responsáveis	Vassão e Santos (2012); IBRAM (2013); Ono e Moreira (2011); Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006)
Contatos dos serviços necessários em uma emergência	Ono e Moreira (2011)
Suprimento emergencial	Ono e Moreira (2011)
Localização dos suprimentos	Ono e Moreira (2011)
Mapas/ plantas	Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006)
Prioridades no salvamento	Unesco (2007); Ogden (2001)
Procedimentos	IBRAM (2013); Gill e Leal (2008); Vassão e Santos (2012), Ogden (2001)
Encanamentos, quadros de força	Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006)

Sinalização de emergência	Campos (2012); Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005)
Incêndio	Campos (2012); Ono e Moreira (2011); Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005)
Plano de evacuação	Ono e Moreira (2011); Vassão e Santos (2012)
Inundação	Vassão e Santos (2012)
Atentados	Ono e Moreira (2011)
Furto e roubo	Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006)
Avaliação de riscos	Pedersoli Junior e Mattos (2013)
Planta de emergência	Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005)
Simulados	Freitas (2013); Vassão e Santos (2012); Ono e Moreira (2012); Gil e Leal (2008)
Atualização	Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005); Ogden (2001)

Fonte: autoria do trabalho

Após a análise dos Planos de Emergência e dos Planos de Contingência foi realizada uma interpretação dos dados obtidos. A interpretação dos dados procura fazer um comparativo entre a teoria e a realidade, para assim buscar respostas e soluções para os problemas apresentados. Gil (2010, p. 185) enfatiza que “A análise da pesquisa pode ser feita mediante determinadas regras, ao passo que a interpretação não está submetida a qualquer cânone”. Ou seja, a interpretação dos dados, objetiva relacionar os resultados encontrados com os conceitos apresentados no trabalho.

Com base nas recomendações dos autores consultados na pesquisa bibliográfica, apresentado no Quadro 5, foi elaborada uma sugestão de plano de emergência a ser utilizado pelas bibliotecas. Os autores estudados para construção do referencial teórico são unânimes em afirmar a importância do plano de emergência em bibliotecas, centros de documentação e outras instituições culturais. Tratam também das especificidades destas instituições, pois tais estabelecimentos visam preservar e proteger seus acervos. Um dos trabalhos consultados, durante esta pesquisa, foi o trabalho de conclusão de curso elaborado pela Fernanda Meyer Evangelista (2008) que traz um modelo de plano de emergência, porém mais

direcionado para incêndios, este foi o único modelo de plano de emergência voltado a bibliotecas encontrado no decorrer da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi dividida em duas etapas: apresentação da análise dos planos de emergência e contingência identificados, posteriormente, sugestão de plano de emergência para bibliotecas universitárias.

4.1 Apresentação da análise dos planos de emergência e contingência

Conforme a literatura lida e discutida no referencial teórico, os planos de emergência devem abarcar uma série de tópicos. Foram analisados três planos de emergência, desenvolvidos nas bibliotecas portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e da Biblioteca de Palmela. Foram avaliados também 28 planos de contingência elaborados por bibliotecas universitárias no Brasil. Foi observado se os planos contemplavam as diretrizes estipuladas pela literatura especializada, conforme sintetizado no Quadro 5.

As 28 bibliotecas universitárias que divulgaram seus planos de contingência na internet e foram identificadas nesta pesquisa estão localizadas em 12 estados, correspondendo a 46,15% dos estados brasileiros. A região com mais planos encontrados na web foi a sudeste com 12 planos divulgados, correspondendo a 42,85% dos planos analisados. Em segundo lugar está a região sul com sete, correspondendo a 25% dos planos encontrados. Depois, encontramos respectivamente a região nordeste com cinco planos (17,85%), a região norte com três planos (10,71%) e a região centro-oeste com apenas um plano disponível na internet (3,57%).

Dentre as bibliotecas universitárias pesquisadas, 19 pertencem a instituições de ensino privadas e nove a instituições públicas. Dentre as universidades públicas oito são mantidas pelo governo federal e uma pelo governo estadual.

O plano de emergência deve especificar as pessoas responsáveis por cada ação estipulada no documento. Segundo Vassão e Santos (2012, p. 91), “[...] para cada etapa é preciso ter uma pessoa responsável que responda pelo bom andamento do plano”. Dos planos de emergência analisados apenas dois listavam

os responsáveis, a Biblioteca da FLUL e a Biblioteca Municipal de Pinhal Novo. Estas trazem também a descrição das responsabilidades de cada pessoa, porém apenas o Plano da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo apresenta o contato dos responsáveis. Já nos planos de contingência, dentre os 28 planos pesquisados, apenas sete (PUC Minas, UNIFICMOC, Universidade Potiguar, IFC, USP Campus Leste, UNIP e UNIFAFIBRE) apresentam a informação dos responsáveis pela execução do plano. Quanto à descrição das responsabilidades apenas a USP disponibiliza tal informação. O outro ponto analisado referente disponibilização do contato dos responsáveis foi contemplado por dois planos, o da USP e PUC Minas.

O plano deve conter também o contato de instituições que devem ser acionadas em caso de sinistros, como por exemplo, bombeiros, polícia, etc. Ono e Moreira (2011, p. 138) defendem que “Um plano de emergência deve ter, em algum de seus anexos, uma lista de contatos externos institucionais e pessoais, juntamente com os serviços que oferecem, periodicamente atualizada”. Os três planos de emergência analisados trazem uma listagem dos contatos das entidades a serem chamadas em caso de emergência. Quanto aos planos de contingência apenas a UFPR apresenta listagem completa com o contato das principais instituições a serem acionadas em caso de sinistros. A USP e UFC apresentam uma lista sucinta com alguns telefones, contemplando parcialmente esse quesito. Por exemplo, o documento da UFC (2019) apresenta apenas os telefones da polícia, bombeiros, defesa civil, ambulância e prefeitura do campus, faltando os contatos de outras instituições necessárias em caso de emergência.

Um bom plano deve listar os suprimentos a serem utilizados em caso de emergências, Ono e Moreira (2011) destacam que alguns suprimentos são necessários e devem constar onde serão estocados na biblioteca. Por exemplo, alguns suprimentos que são necessários são panos de limpeza, baldes, vassouras, papel absorvente, etc, para serem utilizados em uma situação de inundação entre outros imprevistos. Esta lista deve trazer o quantitativo desses itens e a localização deles. Nenhum dos documentos analisados inclui essas informações.

O documento deve conter as plantas e projetos atualizados da instituição, contendo as rotas de fuga, saídas de emergência e localização dos equipamentos de emergência. As três bibliotecas pesquisadas, quanto aos seus planos de emergência, apresentam suas plantas. Já nos planos de contingência, apenas o plano da USP apresenta as plantas da biblioteca.

Um plano bem elaborado precisa apresentar os itens do acervo prioritários para salvamento, pois nem sempre é possível salvar tudo. A Unesco (2007, p. 32, tradução nossa) defende que “A lista de prioridades de salvamento e os mapas de localização de coleções consideradas únicas são instrumentos indispensáveis da gestão de sinistros e devem estar nas mãos das autoridades institucionais [...] e da equipe que assumirá o resgate”. Nenhum dos planos, tanto de emergência quanto de contingência analisados, estipula quais itens devem ser priorizados em uma situação de sinistro.

Os procedimentos a serem executados durante uma emergência devem ter sido previamente estipulados e descritos no plano. O documento “[...] deve conter os recursos previstos, as pessoas que estarão envolvidas e toda a operacionalização da ação de resposta.” (GESTÃO..., 2013, p. 17) Os três planos de emergência explicitam as ações a serem desenvolvidas durante um momento crítico. Já nos planos de contingência apenas o documento da UFPR contempla o item, apresentando detalhadamente as providências a serem tomadas na ocorrência de um sinistro. 14 planos de contingência apresentam este item parcialmente, pois não contém todos os procedimentos a serem realizados em caso de sinistros, são elas: Faculdade Fera, UFRA, Ciesa, Faculdade do Maciço de Baturité, Faculdade Fibra, PUC Minas, UNIFIPMOC, Faex, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA, UFSC, UNIP e IFSP.

Os quadros de força, registros de água e encanamentos devem ter suas localizações e formas de desligamento descritas no plano. Apenas o plano de emergência da Biblioteca Municipal de Palmela traz essa informação. Dentre os planos de contingência nenhum contém essa referência.

A sinalização de emergência deve estar descrita no plano e pode fazer parte do mesmo sistema de iluminação de emergência que tem por finalidade orientar as rotas de fuga da instituição. Campos (2012, p. 83) exemplifica que “Para tal, faz-se necessária a instalação de indicadores luminosos com inscrição da palavra ‘saída’ [...] ela deverá ser alimentada por baterias [...]”. Os três planos de emergência trazem essa informação. Já nos planos de contingência somente o documento da UNIP contém esse elemento, ele cita que “A sinalização de segurança é feita por meio de placas reflexivas indicando o local de fuga.” (UNIVERSIDADE PAULISTA, 2019, p. 11).

O plano precisa descrever as ações a serem tomadas para evitar incêndios na instituição. Deve também apresentar as atividades a serem realizadas no caso de ocorrência deste. Campos (2012, p. 71) destaca que “O fogo [...] não combatido a tempo transforma-se em incêndio, que somente poderá ser debelado com eficiência por equipes bem treinadas e dotadas de recursos adequados. Mesmo assim vidas podem ser ceifadas ou danos irreparáveis podem ser consumados”. Os três planos de emergência tratam sobre as condutas a serem tomadas quando o assunto é incêndio. Mesmo tratando-se de um risco grande onde o resultado pode ser catastrófico, tanto para as pessoas quanto para o acervo, o tópico é retratado por menos da metade dos planos de contingência analisados. São descritos nos documentos de 12 instituições (Faculdade Fera, UFRA, Faculdade do Maciço de Baturité, Faculdade Fibrá, Faex, UFPR, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA, UFSC, UNIP e IFSP) e são citados parcialmente em outros três (PUC Minas, UNIFIPMOC e São Lucas Educacional). Visando a segurança de todas as pessoas, a instituição deve possuir um plano de evacuação em caso de sinistro, a existência de tal plano deve ser relatada no plano de emergência. Para a eficiência do plano de evacuação Ono e Moreira (2011, p. 111) salientam que “[...] simulados de abandono devem ser conduzidos periodicamente e devem ser planejados com a cooperação das autoridades locais”. As três bibliotecas portuguesas possuem um plano de evacuação e apresentam este no plano de emergência. Nos planos de contingência três apresentam informações parciais sobre esse plano são elas: Faculdade Fibrá, Faculdade Guarapuava e UNIP, porém em nenhum dos documentos está apresentado o plano de evacuação.

As inundações também são um grande perigo para as bibliotecas. Vassão e Santos (2012, p. 88) dizem que “[...] as bibliotecas podem estar sujeitas a qualquer tipo de inundação [...]. Sendo assim, é aconselhado aos bibliotecários, [...] saber também combater o problema da água se, por ventura, o sistema de segurança implantado não funcionar corretamente”. O plano de emergência deve apresentar medidas a serem tomadas para prevenir a ocorrência de vazamentos que podem comprometer o acervo. Deve também apresentar os procedimentos a serem realizados na ocorrência de um acidente envolvendo água na instituição. Os três planos de emergência apresentam as ações a serem tomadas em caso de inundação na biblioteca. As medidas a serem adotadas em caso de incidentes envolvendo água são tratadas em 12 planos de contingência das bibliotecas

universitárias, sendo elas da Faculdade Fera, UFRA, Ciesa, Faculdade Maciço do Baturité, Faculdade Fibrá, FAEX, UFPR, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA, UNIP e IFSP. Além dessas, outras quatro instituições apresentam informações limitadas sobre o tema, são elas: PUC Minas, UNIFIPMOC, São Lucas Educacional e UFSC.

Os planos devem tratar sobre os possíveis atentados aos quais a biblioteca está exposta. Ono e Moreira (2011, p. 120) destacam que contra essa ameaça “[...] além do controle de acesso e sistema de detecção a vigilância [...] deve estar atenta para a detecção de qualquer objeto estranho deixado por visitantes, bem como atitudes suspeitas [...]”. Os três planos de emergência pesquisados tratam sobre o assunto. Nos planos de contingência os atentados são contemplados em sete documentos: Faculdade Fibrá, UFPR, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA e UNIP. Outros cinco planos apresentam apenas informações parciais: UFRA, PUC Minas, UNIFIPMOC, São Lucas Educacional e UFSC. Como por exemplo, o documento desenvolvido pela UFRA apresenta apenas medidas preventivas contra atos de violência.

A biblioteca precisa adotar mecanismos e procedimentos a fim de evitar situações de furto e roubo. O documento precisa apresentar quais medidas são adotadas pela instituição a fim de mitigar tais ações e quais atitudes devem ser tomadas para resolver tais ocorrências. Segundo descrito pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (2006, p. 22) o plano deve “Estabelecer normas de investigação e apuração para os casos de roubo, vandalismo, entre outros, buscando cooperação com os organismos legais. Essas normas têm que ser baseadas na legislação existente.” Os três planos de emergência apresentam suas políticas de segurança e medidas a serem desenvolvidas no caso da ocorrência de furto e roubo na instituição. Quanto aos planos de contingência, 11 documentos trazem tais especificações, são eles: Faculdade Fera, UFRA, Faculdade do Maciço Baturité, Faculdade Fibrá, Faex, UFPR, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA, UNIP e IFSP. Outros dois documentos trazem informações parciais: São Lucas Educacional e UFSC. Como por exemplo, o documento desenvolvido pela UNIP traz informações de prevenção e de como agir em caso de furto e roubo na biblioteca.

A equipe da biblioteca deve saber como agir caso alguém necessite de assistência, medidas de primeiros socorros devem ser apresentadas no plano de emergência. Os três planos de emergência pesquisados contemplam esse assunto.

Já nos planos de contingência tais ações estão descritas nos documentos de sete universidades, são elas: Faculdade Maciço de Baturité, Faculdade Fibra, Faex, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA e UNIP.

A avaliação dos riscos a que a instituição está exposta é primordial para elaboração do plano de emergência. Pedersoli Junior e Mattos (2013, p. 60) defendem que “É preciso identificar os riscos e ter em conta suas causas e seus efeitos, bem como os meios e mecanismos para tratá-los”. Dentre os planos de emergência apenas os documentos da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e da Biblioteca Municipal de Palmela apresentam uma avaliação dos riscos a que a instituição está exposta. Quanto aos planos de contingência, a avaliação dos riscos foi descrita em 13 planos analisados: Faculdade Fera, UFRA, Faculdade Maciço do Batiruté, Faculdade Fibra, FAEX, UFPR, Faculdade Guarapuava, Senac Rio, UFERSA, UFSC, USP, UNIP e IFSP. Três documentos apresentam uma avaliação superficial dos riscos a que a instituição esta exposta. São eles: UFC, São Lucas Educacional e Associação Educacional Dom Bosco.

Na entrada da instituição e em cada andar (caso a biblioteca possua mais de um piso) deve ser apresentada, a todos que ingressam, uma planta de emergência, mostrando onde a pessoa está, as rotas de fuga e saídas de emergência mais próximas. Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2005, p. 4) “A representação gráfica contida no plano de emergência contra incêndio, com destaque para as rotas de fuga e saídas de emergência, deve estar afixada na entrada principal e em locais estratégicos de cada edificação [...]”. Esta planta deve ser demonstrada no plano de emergência. As três bibliotecas possuem plantas de emergência e estas estão demonstradas nos planos de emergência estudados. Ao contrário, nos planos de contingência analisados, nenhuma apresenta essa informação em seus documentos.

Para que o plano possa ser efetivo durante uma emergência é necessário que todos os envolvidos tenham conhecimento deste documento e saibam como agir, por isso a realização de simulados é primordial. Freitas (2013, p.15) defende que “Testes periódicos no plano também são necessários para verificar se o processo continua válido.” Os três planos de emergência trazem informações sobre a necessidade de realização de simulados na instituição. Apenas o plano de contingência elaborado pela USP cita a necessidade de realização de simulados a fim de que, em caso de necessidade, o plano seja efetivo.

A previsão de atualização é extremamente importante num plano de emergência, pois de nada adianta descrever as ações a serem tomadas se não encontrarmos as pessoas capacitadas para tal. Os telefones, as plantas e os responsáveis, por exemplo, podem mudar então este documento deve passar por constantes atualizações. De acordo com Ogden, (2001, p.13) “Se o plano não for mantido sempre atualizado, talvez não ajude em nada quando se tiver que lidar efetivamente com calamidades”. Dentre os planos de emergência pesquisados apenas o elaborado pela Biblioteca da FLUL não trazia informações referentes as atualizações do documento, as demais especificavam que o plano deve receber constantes revisões. Dentre os 28 planos de contingência somente cinco deles citam a necessidade do documento ser atualizado e revisado periodicamente. São eles: PUC Minas, UFPR, UNIP, CNEC Osório e FEAMIG. Por exemplo, a CNEC Osório aborda a questão de atualizações, citando que o plano de contingência “É um documento em construção e constante atualização que tem por objetivo garantir a continuidade do funcionamento da biblioteca.” (CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA, 2019, p. 11).

4.2 Sugestão de plano de emergência

Após análise da bibliografia da área e da análise dos planos de emergência e planos de contingência pesquisados elaborou-se uma sugestão de plano que pretende abranger todas as diretrizes elencadas pela literatura, conforme apresentado no Quadro 5.

O plano deve começar com a identificação da instituição a qual pertence, depois apresentar um mapa de localização da biblioteca, onde podem ser mostrados os pontos de maior risco ao qual a instituição está exposta e também a rota a ser utilizada por veículos em caso de emergências. Depois deve conter uma lista das pessoas treinadas para atuarem em uma emergência, e o contato pessoal delas. Após, devem ser elencados os serviços e instituições que serão necessários em caso de emergência, como por exemplo, o contato de um advogado (ou setor jurídico da instituição) a ser chamado caso ocorra algum crime com lesão corporal, contato de um engenheiro para casos de problemas estruturais no prédio, telefone

de vidraceiro para concertos de janelas em caso de temporal, vandalismo ou acidentes, entre outras.

Devem ser inseridas também as plantas atualizadas da instituição. É necessário também incluir as plantas com a localização dos circuitos elétricos e hidráulicos com destaque para registros de água e quadros de força. Devem também acrescentar as plantas de emergência do prédio. Os procedimentos a serem executados em caso de emergência precisam estar descritos no plano. A literatura da área não cita se as medidas de prevenção devem ou não constar no plano, porém os planos de emergência analisados trazem tal informação e considerou-se importante que essas medidas sejam descritas no documento.

Em caso de sinistros a biblioteca vai necessitar de diversos suprimentos a fim mitigar ou solucionar o problema. Os suprimentos emergenciais que a instituição possui, as quantidades e a localização precisam constar no plano. Entre eles, podemos citar alguns como panos e aspirador de água e pó a serem utilizados para secagem de superfícies em caso de acidentes com água, papel absorvente também para secagem, cobertura plástica resistente (lona) para cobrir as estantes em caso de problemas no teto, entre outros suprimentos. As datas de realização dos simulados devem constar no plano, para que este seja realizado periodicamente. Outro dado que deve estar descrito no plano são os itens que devem ter prioridade no salvamento, para que em caso de emergência as equipes de socorro saibam por onde começar a retirada. A data de criação e atualização do plano devem encerrar o documento, a apresentação dessas datas propicia um maior controle sobre a atualidade do plano.

Sugestão de plano de emergência para bibliotecas

1. Identificação da Instituição

Nome:

Endereço:

Telefone:

Horário de funcionamento:

Responsável pela instituição:

2. Mapa de localização

(Inserir mapa da região onde está localizado o prédio da biblioteca, com destaque para os pontos de maior risco – por exemplo, rios, árvores, tubulações, etc. - a que a instituição está exposta e também a rota a ser utilizada por veículos em caso de emergências)

3. Responsáveis

Nome	Contato	Responsabilidade

4. Serviços a serem acionados em caso de emergência

Serviço	Contato (nome da instituição e telefone)
Bombeiro	
Polícia	
Ambulância	
Segurança	
Defesa Civil	
Especialista em conservação	
Companhia de Seguro	
Serviço de Congelamento	
Recuperação de Documentos	
Recuperação de Microfilmes	
Recuperação Fitas Magnéticas	

Serviços de informática (manutenção, Backup, etc.)	
Advogado	
Eletricista	
Encanador	
Marceneiro	
Dedetização	
Chaveiro	
Companhia de energia elétrica	
Companhia de gás	
Empresa telefônica	
Companhia de água e saneamento	
Arquiteto ou engenheiro	
Serviço de Zeladoria	
Vidraceiro	
Fotógrafo	
Outros	

5. Plantas da instituição

(Inserir as plantas do prédio atualizadas)

6. Circuito elétrico e hidráulico

(Inserir plantas com a localização dos circuitos elétricos e hidráulicos com destaque para registros de água e quadros de força)

7. Planta de emergência

(Inserir as plantas de emergência de cada andar do prédio)

8. Procedimentos

Incêndio	
Prevenção	Não sobrecarregar tomadas de corrente elétrica com vários aparelhos;
	Não aproximar fontes de calor de materiais combustíveis ou inflamáveis;
	Manter os locais limpos e organizados;
	Desligar os equipamentos e inspecionar o posto de trabalho no final do dia;
	Comunicar ao responsável anomalias em instalações elétricas e proteção contra incêndios;
	Manter os caminhos e saídas de evacuação desimpedidas.
Durante	Perante um incêndio mantenha-se calmo;
	Utilizar os extintores adequados à classe de incêndio para o combate ao fogo;
	Caso você não consiga dominar o fogo, fechar a porta e solicitar ajuda;
	Entrar em contato com o responsável pela segurança;
	Acionar o alarme de incêndio;
	Desligar o quadro elétrico parcial e se houver necessidade o geral;
	Se necessário efetuar a evacuação do prédio;
	Seguir a sinalização de segurança e dirigir-se para a saída;
	Perante a fumaça, proteja a boca e o nariz com um lenço;
	Se o fogo se prender às roupas, não correr, rolar no chão a fim de apagar o fogo por abafamento;

	Se a fumaça estiver densa caminhar agachado. Junto ao solo há menos fumaça;
	Se ouvir uma explosão, deitar no chão e proteja a cabeça e a nuca com os braços;
	Se não for possível sair do local, assinalar a sua presença e aguardar pela equipe de socorro;
	Não voltar para trás.

Inundação	
Prevenção	Verificar periodicamente a impermeabilização da cobertura do edifício;
	Verificar a instalação hidráulica da instituição.
Durante	Efetuar o corte parcial da água e se necessário proceda o corte geral da água;
	Cortar a energia elétrica (para evitar curto-circuito);
	Certificar-se de que a água não atingiu os aparelhos elétricos;
	Se a água atingir os equipamentos elétricos, não tocar e estabelecer um perímetro de segurança. Chamar os responsáveis;
	Avisar a segurança;
	Tentar que não haja objetos que obstruam a canalização;
	Se necessário efetuar a evacuação do prédio;
	Proceder ao escoamento da água.

Atentado	
Prevenção	Verificar a existência de pacotes estranhos;
	Solicitar a identificação de todas as pessoas que ingressam na instituição.
Durante	Ao receber uma ameaça de bomba durante a chamada

	<p>telefônica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) manter-se calmo; 2) Consultar o relógio e apontar a hora exata; 3) Se possível, gravar a chamada; 4) Ouvir com muita atenção e anotar cada palavra que escuta; 5) Manter o interlocutor falando, solicitando a repetição da mensagem; 6) Perguntar ao interlocutor sobre a localização do eventual artefato e o possível momento da sua explosão; 7) Tentar identificar ruídos ao fundo; 8) Tentar identificar características pessoais, (sexo, idade estimada, sotaque/pronúncia, voz, se a pessoa lhe parece familiarizada com o estabelecimento).
	Avisar o responsável pela segurança;
	Efetuar a evacuação do prédio.

Furto e roubo	
Prevenção	Todos os itens do acervo devem ser identificados;
	Solicitar a identificação de todas as pessoas que ingressam na instituição;
	Verificar se o sistema de segurança está funcionando corretamente;
	Verificar ao fim do horário de funcionamento se todas as portas e janelas estão fechadas corretamente.
Durante	Manter a calma;
	Avisar a equipe de segurança;
	Avisar a polícia.

9. Suprimento emergencial

Suprimento		Quantidade	Localização
Chaves			
Extintores de incêndio	Tipo A (madeira, papel, combustível)		
	Tipo B (gasolina e líquidos inflamáveis)		
	Tipo C (equipamentos elétricos)		
	Tipo ABC (todos os tipos de incêndio)		
Cabo de extensão (mínimo 15 metros)			
Lanternas com bateria de longa duração			
Caixa de ferramentas (pé-de-cabra, martelo, alicate, chave de fenda)			
Vassouras e pás de lixo			
Baldes			
Panos para limpeza e esponjas			
Prendedores para roupa em plástico transparente			
Lixeiras			
Aspirador de água e pó			
Carrinhos para livros			
Mesas dobráveis portáteis			
Ventiladores portáteis			
Desumidificador			
Escada portátil			
Máscaras descartáveis			

Óculos de proteção		
Capacetes		
Botas de borracha		
Aventais de borracha ou plástico		
Luvas (couro, borracha)		
Kit de primeiros socorros		
Cobertura plástica resistente (lona)		
Tesoura		
Fita adesiva		
Papel-toalha		
Sacos plásticos para lixo (diversos tamanhos)		
Sacos de polietileno (diversos tamanhos)		
Caixas plásticas		
Papel encerado		
Papel absorvente (papel-jornal, etc.)		
Cordas de nylon		
Esponjas para químicos secos (fuligem)		
Caderno e folhas de ofício		
Lápis e caneta		
Pincel atômico		

10. Simulados

Os simulados devem ser realizados periodicamente, com a participação de todos os funcionários e se possível dos usuários da biblioteca.

Simulados realizados

Data de realização	Responsável

Próximos simulados

Data	Responsável

11. Prioridades no salvamento

(Inserir lista com os itens que devem ser priorizados no salvamento em caso de sinistros e a sua localização)

12. Data de criação e atualização

(Inserir a data de criação do plano e as datas em que o documento sofreu revisões e foi atualizado)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar as diretrizes para elaboração de um plano de emergência para bibliotecas universitárias, visando proporcionar um ambiente mais seguro para os usuários, funcionários e também para o acervo sob responsabilidade das bibliotecas. O estudo visa auxiliar a elaboração de um plano de emergência, documento esse que dá suporte para a biblioteca em situações de emergência.

As metodologias de gerenciamento de riscos buscam mapear as áreas da instituição que estão mais vulneráveis a ocorrência de falhas, antecipando tais problemas para assim elaborar estratégias que visem evitar ou diminuir o poder destrutivo de tais danos. Com base nos resultados obtidos, os responsáveis pela unidade conseguem visualizar as áreas que necessitam de uma maior atenção a fim de evitar a ocorrência de problemas. Porém, nem sempre é possível evitá-los, na ocorrência de algum sinistro é de extrema importância saber como agir para impedir que o problema se agrave. A existência de um plano de emergência é primordial nessas situações.

A elaboração de um plano de emergência prepara a instituição para agir em momentos críticos. Ele contém as diretrizes a serem desenvolvidas pela instituição para mitigar a emergência o mais rápido possível, retornando as suas atividades normais com maior brevidade.

No decorrer do trabalho optou-se por pesquisar os planos de contingência elaborados pelas bibliotecas universitárias brasileiras que cumprem exigência do MEC. Este documento visa mapear os principais riscos a que a biblioteca está exposta e mitigar possíveis emergências que podem vir a transcorrer, objetivando manter a segurança das pessoas e dos acervos das bibliotecas, assim como dos arquivos, museus, instituições culturais, etc. A literatura na área de ciência da informação que trata sobre segurança, preservação e gestão ambiental, utiliza a expressão plano de emergência.

Os planos de emergência e planos de contingência foram analisados para verificar se seguiam as diretrizes estipuladas pela literatura da área. Observou-se também se os planos continham os seguintes aspectos: responsáveis, descrição das responsabilidades, contato dos responsáveis, contatos dos serviços necessários em

uma emergência, suprimento emergencial, localização dos suprimentos, mapas e plantas, prioridades no salvamento, procedimentos a serem adotados, localização de encanamentos, quadros de força, etc., sinalização de emergência, medidas a serem adotadas em caso de incêndio, inundação, atentados, furto e roubo, plano de evacuação, avaliação de riscos, planta de emergência, simulados e atualizações. Foi quantificado se o plano contemplava totalmente, contemplava parcialmente ou se não contemplava os itens pesquisados. A análise dos planos de emergência elaborados pelas três bibliotecas de Portugal mostrou que eles seguem as recomendações da literatura, pois abrangem os principais pontos para agir em caso de sinistros a que a biblioteca está exposta. Porém, ao analisar os planos de contingência, elaborados pelas bibliotecas universitárias brasileiras, constatou-se que eles não abrangem os requisitos mínimos necessários para agir em situações de emergência. Isso deixa as instituições desamparadas caso ocorra algum sinistro. Foram analisados 28 planos de contingência elaborados por BUs e disponibilizados na web. O item que aparece em mais planos de contingência pesquisados é a análise de riscos a que a biblioteca está exposta, sendo contemplado em 13 documentos. Outros itens que mais aparecem nos planos foram as medidas a serem realizadas em caso de incêndios e inundações, ambos registrados em 12 documentos. Nenhum dos documentos analisados traz informações sobre suprimentos para emergências, itens que devem ser priorizados no salvamento, localização de quadros elétricos e relógios d'água e as plantas de emergência da instituição. Os planos das BUs foram elaborados com o objetivo de manter os serviços aos usuários, mas não determinam o que deverá ser feito caso ocorra algum sinistro na biblioteca.

Após a revisão da literatura da área e a avaliação dos planos existentes encontrados na web foi elaborada uma sugestão de plano que abrangesse as diretrizes estipuladas pelos teóricos estudados. A sugestão de plano visa auxiliar os bibliotecários na criação de seus documentos.

Conclui-se que a elaboração e manutenção de planos de emergência para bibliotecas universitárias é de extrema importância para preservar o conhecimento gerado pelas instituições em que as BUs estão inseridas. Proporcionando assim a preservação, o acesso e a difusão das pesquisas geradas pelas universidades, trabalho este tão importante para o desenvolvimento do conhecimento, história e cultura do país.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte - CE. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/a/21306>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15219**: plano de emergência contra incêndios. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 3100**: gestão de riscos. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- BOURDEAU, James. Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo. *In*: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de *et al* (org.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu histórico Nacional, 2008. p. 201-217.
- CAMPOS, Alexandre Rava de. Proteção contra incêndios em acervos. *In*: SANTOS, Jussara Pereira (org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 71-84.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu**: manual prático. [s.l.]: ICOM, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- DUARTE, Dayse *et al*. Gerenciamento dos riscos de incêndio. *In*: SEITO, Alexandre Itu *et al* (org.). **A segurança contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto, 2008. p. 379-409.
- EVANGELISTA, Fernanda Mayer. **Incêndios em bibliotecas**: a perda da memória patrimonial e os prós e contras dos métodos de prevenção e controle. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/24836>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- FREITAS, Thiago Rodrigo de. **Plano de contingência de negócios e serviços**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações) - Departamento Acadêmico de Eletrônica, Universidade

Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em:
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3025/1/CT_COTEL_2013_2_01.pdf. Acesso em: 04 maio de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

GESTÃO de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2013.

GIL, Alfonso Antonio; LEAL, Omar Lima. Processo de Elaboração de Plano de Emergência. In: SEITO, Alexandre Itu et al (org.). **A segurança contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto, 2008. p. 311-431.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Willi de Barros; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. O debate contemporâneo sobre as interfaces transdisciplinares de dois campos de conhecimento em consolidação: a Ciência da Sustentabilidade e a Ciência do Patrimônio. **Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p.84-102, maio 2014. Disponível em:
<https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/viewFile/179/109>. Acesso em: 02 nov. 2018.

INCÊNDIO destrói parte da catedral de Notre-Dame, ícone da cultura europeia. **Gauchazh**. Porto Alegre, 15 abr. 2019. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/04/incendio-destroi-parte-da-catedral-de-notre-dame-icone-da-cultura-europeia-cjuj5p3z402p201rtimumzg9w.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Glossário dos instrumentos de avaliação externa**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/apresentacao/glossario_3_edicao.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: autorização. Brasília: Inep, 2017a. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: Inep, 2017b.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**. Niterói: Intertexto, 2005.

LE MOS, Antonio Agenor Briquet de. De bibliotecas. *In*: LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias**: percursos. Brasília: Briquet de Lemos, 2015. p. 285-306.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e Preservação do Acervo. *In*: ICOM. **Como gerir um museu**: Manual Prático. [s.l.]: ICOM, 2004. p. 55-98. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MOTA, Francisca Leite; MENDES, Diogo da Silva; RIBEIRO, Micheline Maria da Silva. **Arquitetura de bibliotecas universitárias**: reflexões sobre design e layout dos espaços. Maceió: Edufal, 2013.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/livro-politica-de-seguranca.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00173.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

OGDEN, Sherelyn (ed.). **Administração de emergências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20emerg%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

OLIVEIRA, Claudete Soares de. **Estudo sobre as condições de armazenamento das obras raras da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. 2007. Trabalho de Graduação de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/119137>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatriz. **Segurança em museus**. Brasília: IBRAM, 2011.

PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz; MATTOS, Lorete. O gerenciamento de riscos em acervos. *In*: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; FAGUNDES, Lígia Ketzer; MATTOS, Lorete (org.). **Preservação de patrimônio cultural**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2013. p. 58-75.

PRESERVAÇÃO de documentos: métodos e práticas de salvaguarda. 3. ed. Salvador : Edufba, 2009.

PRIKLADNICKI, Fábio. Funcionários fazem mutirão para salvar livros molhados em biblioteca da UFRGS. **Zero Hora**. Porto Alegre. 10 jan. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/01/funcionarios-fazem-mutirao-para-salvar-livros-molhados-em-biblioteca-da-ufrgs-4386307.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

RAISSON, Alain. Segurança contra as degradações involuntárias em reservas técnicas de museus: fogo e água. *In*: SILVA, Maria Celina Soares de Mello (org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 185-200.

RODRIGUES, Amanda de Souza. **Método para elaboração de um plano de evacuação emergencial em uma usina nuclear utilizando microssimulação de tráfego**. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132462/332966.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 maio de 2019.

ROMÃO, Laura Portugal. **Identificação dos agentes de deterioração e cálculo da magnitude de risco para a reserva da Coleção Sequeira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Licenciatura em Conservação e Restauro) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/14747/1/Romao_2014.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, Arthur Felipe Freire dos. **Proposta de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para a central analítica do NUPPRAR/UFRN**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) - Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4138/3/Propostadeumplano_Monografia.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

SILVEIRA, Daniel. Incêndio que destruiu o Museu Nacional começou no ar-condicionado do auditório, diz laudo da PF. **G1**. Rio de Janeiro. 04 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/04/policia-federal-divulga-laudo-de-incendio-que-destruiu-o-museu-nacional-no-rio.gh.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-76, jan./jun., 2014. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf_88. Acesso em: 30 abr. 2019.

SIMÕES JUNIOR, José Vanderley. **Bibliotecas em perigo**: uma análise dos sinistros recentes em bibliotecas do SBUFRGS. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189802>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SPINELLI JUNIOR, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 02 nov. 2018.

STANDARDS AUSTRALIA; STANDARDS NEW ZEALAND. **Risk management: AS/NZS 4360:2004**. Sydney: Standards Australia; Wellington: Standards New Zealand, 2004.

TEIXEIRA, Vanessa Barroso. Os desafios da preservação: a importância dos procedimentos de conservação preventiva para a salvaguarda de acervos. *In*: AMARAL, Giana Lange do (org.). **Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa o ensino e a extensão 2004-2014**. Pelotas: Educat, 2014. p. 133-144.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas**: planejamento para preservação. 2. ed. 2001. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20Arquivos.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

UNESCO. **Mitigando el desastre**: guía estratégica para el manejo de riesgos en colecciones patrimoniales. Kingston: Unesco, 2007.

VASSÃO, Carolina Fauth; SANTOS, Jussara Pereira. A segurança das edificações de bibliotecas contra inundações e ventos fortes. *In*: SANTOS, Jussara Pereira (org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 85-93.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.